

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**EMPODERAMENTO, ANCESTRALIDADE E GERAÇÃO DE RENDA DE
MULHERES DA FLORESTA NACIONAL DO AMAPÁ**

SUELLEN CAMPOS DE MACEDO

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**EMPODERAMENTO, ANCESTRALIDADE E GERAÇÃO DE RENDA DE
MULHERES DA FLORESTA NACIONAL DO AMAPÁ**

SUELLEN CAMPOS DE MACEDO

Sob a Orientação da Professora
Dra. Sandra Maria Nascimento de Mattos

Coorientação do Professor
Dr. José Roberto Linhares de Mattos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Educação** no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Área de Concentração de Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
30 de agosto de 2024**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M141e MACEDO, SUELLEN CAMPOS DE , 1990-
 EMPODERAMENTO, ANCESTRALIDADE E GERAÇÃO DE RENDA
 DE MULHERES DA FLORESTA NACIONAL DO AMAPÁ / SUELLEN
 CAMPOS DE MACEDO. - Seropédica, 2024.
 59 f.: il.

 Orientadora: Sandra Maria Nascimento de Mattos.
 Coorientador: José Roberto Linhares de Mattos.
 Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
 Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
 Educação Agrícola, 2024.

 1. Mulheres. 2. Extrativismo. 3. Empoderamento. 4.
 Sociobiodiversidade. I. Mattos, Sandra Maria
 Nascimento de , 1955-, orient. II. Mattos, José
 Roberto Linhares de , 1955-, coorient. III
 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
 Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. IV. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Suellen Campos de Macedo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 30/09/2024

Orientadora, Dra. Sandra Maria Nascimento de Mattos - SME

Membro externo, Dra. Célia Souza da Costa – IFAP

Membro externo, Dra. Cristina Coutinho de Oliveira - IFAP

Membro externo, Dra. Eliane Leal Vasquez - UNIFAP



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 87/2024 - PPGEA (11.39.49)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/10/2024 20:26)

CÉLIA SOUZA DA COSTA

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.002-##

(Assinado digitalmente em 26/10/2024 07:51)

SANDRA MARIA NASCIMENTO DE MATTOS

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.407-##

(Assinado digitalmente em 23/10/2024 10:57)

CRISTINA COUTINHO DE OLIVEIRA

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.078-##

(Assinado digitalmente em 29/10/2024 06:22)

ELIANE LEAL VASQUEZ

ASSINANTE EXTERNO

CPF: ###.###.972-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrr.br/documentos/> informando seu número: 87, ano: 2024, tipo: HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, data de emissão: 21/10/2024 e o código de verificação: a78a8fb3c0

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PPGEA – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DEDICATÓRIA

Dedico aos seres persistentes, aqueles que, corajosos, fazem ecoar suas vozes em meio ao ruído das injustiças que os cercam. Àqueles que, dia após dia, enfrentam os desafios e opressões. Dedico aos corpos que escolheram viver e habitar o mundo em vestes femininas, quanta coragem carregam?!

As Sementes do Araguari, guardiãs de uma vasta memória, que não se limita a uma narrativa única, mas que entrelaça experiências de luta, dor e triunfo. Elas são as que trazem à tona histórias de resistência e dignidade, que nos ensinam a importância de se manter firme em tempos de adversidade. Resistem em seus lares, em suas comunidades, em cada esquina, em cada grito de liberdade que reverbera no ar.

Dedico a cada uma delas, que mantém acesa a chama da esperança e da luta, que transformam suas vivências em ensinamentos para as futuras gerações. Que suas lutas sejam sempre reconhecidas e que seu legado se perpetue, nos inspirando a ser persistentes, a resistir com dignidade e a celebrar a força do ser mulher. Que possamos juntos, sempre, honrar essas histórias e alçar nossas vozes em um hino coletivo de resistência e amor à vida, à diversidade e à liberdade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha ancestralidade, de onde extraio minha força, resiliência e dedicação. Essa conexão profunda com as minhas raízes me acompanhou ao longo de toda esta jornada.

Agradeço sinceramente à equipe da Equipe da Pró-reitoria de extensão, arte, cultura e desporto - Proext, cujo suporte e apoio emocional foi fundamental durante a fase final de escrita desta dissertação.

Agradeço a Letícia Barriga e a Mayara Teodoro, cujas correções foram cruciais para o andamento desta dissertação. Meu agradecimento se estende aos meus orientadores professores Sandra Mattos e José Roberto Linhares, a Hutson Roger e Romaro Silva, que gentilmente ofereceram correções e conselhos valiosos ao longo de toda a pesquisa.

Não posso deixar de mencionar a minha família, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo amor e apoio incondicionais. Um agradecimento mais que especial se dirige à minha amada mãe, minha maior incentivadora e torcedora, cujo amor e dedicação me motivaram a seguir em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Agradeço ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP por ter possibilitado a realização desta pesquisa.

Por fim, agradeço às sementes do Araguari, que me acolheram e me ensinaram tanto. A história que busquei contar nesta pesquisa é, em grande parte, um reflexo do aprendizado e das vivências que obtive nesse solo rico de cultura e sabedoria. Cada ensinamento, cada valor transmitido, foram fundamentais para que esta dissertação pudesse florescer e alcançar seu propósito.

A todos vocês, minha mais sincera gratidão.

RESUMO

MACEDO, Suellen Campos. **Empoderamento, ancestralidade e geração de renda de mulheres da Floresta Nacional do Amapá**. 2024. 59 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2024.

A Amazônia, com sua rica biodiversidade e a resistência histórica de suas populações, é um espaço de grande relevância para a discussão sobre desenvolvimento sustentável e empoderamento social. Entretanto a experiência sociohistórica de seus territórios moldou-se em um violento processo de colonização e desarranjo de suas cadeias socioprodutivas. Apesar disso, o amazônida tem resistido e mulheres têm protagonizado movimentos coletivos em sua defesa. Em vista disso, esta pesquisa teve como objetivo geral compreender como as ações das Sementes do Araguari, associação de mulheres extrativistas ribeirinhas do alto Araguari, se colocam como agências em seu território. Essas mulheres produzem produtos a partir do extrativismo vegetal no Amapá. A justificativa para esta pesquisa reside na necessidade de reconhecer e valorizar os saberes e práticas das populações locais, que frequentemente são marginalizadas em projetos de desenvolvimento que não consideram suas realidades e necessidades, bem como contribuir com a epistemologia amazônica na construção de comunidades sustentáveis. A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa e antropológica, a coleta de dados foi feita por meio de visitas de campo, entrevistas, fotografias e pesquisa bibliográfica, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e econômicas que permeiam suas vidas. Narrativas foram utilizadas para registrar a riqueza das vivências dessas mulheres. Os principais resultados indicam que, apesar dos desafios impostos pela lógica colonial e patriarcal, as mulheres amazônidas têm se organizado e agenciado mudanças relevantes para sua comunidade, promovendo sustentabilidade e igualdade de gênero. Além disso, a pesquisa revelou que as Sementes do Araguari não apenas produzem biocosméticos e artesanatos, mas também se envolvem em atividades de ecoturismo, contribuindo para a economia local e a preservação do meio ambiente.

Palavras chaves: Mulheres. Extrativismo. Empoderamento. Sociobiodiversidade.

ABSTRACT

MACEDO, Suellen Campos. Empowerment, **Ancestry, and Income Generation of Women from the National Forest of Amapá**. 2024. 62 p. Dissertation (Master's in Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2024

The Amazon, with its rich biodiversity and the historical resilience of its populations, is a space of great relevance for discussions on sustainable development and social empowerment. However, the socio-historical experience of its territories has been shaped by a violent process of colonization and disruption of its socio-productive chains. Despite this, the people of the Amazon have resisted, and women have taken on leading roles in collective movements advocating for their defense. In light of this, the overall objective of this research was to understand how the actions of the Sementes do Araguari, an association of female riparian extractivists from the upper Araguari, position themselves as agencies in their territory. These women produce goods from plant extractivism in Amapá. The justification for this research lies in the need to recognize and value the knowledge and practices of local populations, which are often marginalized in development projects that do not consider their realities and needs, as well as to contribute to Amazonian epistemology in the construction of sustainable communities. The research was carried out through a qualitative and anthropological approach, with data collection conducted through field visits, interviews, photographs, and bibliographical research, allowing for a deeper understanding of the social and economic dynamics that permeate their lives. Narratives were used to capture the richness of these women's experiences. The main results indicate that, despite the challenges posed by colonial and patriarchal logic, Amazonian women have organized themselves and have become agents of significant changes for their community, promoting sustainability and gender equality. Furthermore, the research revealed that the Sementes do Araguari not only produce biocosmetics and handicrafts but also engage in ecotourism activities, contributing to the local economy and the preservation of the environment.

Keywords: Women. Extractivism. Empowerment. Sociobiodiversity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Habitação abandonada no Alto Araguari	10
Figura 2 – Mapa do trajeto para coleta das sementes de andiroba	25
Figura 3 – Alto do Rio Araguari e um de seus principais afluentes, o Rio Falsino, à direita	16
Figura 4 – Casa da Dona Glorinha, margem direita do Rio Araguari	17
Figuras 5 e 6 – Dona Glorinha	18
Figura 7 – Casa de Rosenilda	19
Figura 8 – Sede da Associação das Mulheres Extrativistas Ribeirinhas do Araguari i	22
Figura 9 – Artesanatos e cestarias feitos por Dona Dora	25
Figura 10 e 11 – Arlete no processo de coleta de sementes de andiroba, e Dona Glorinha, Sua Nora e Sua Neta, Ariela	26
Figura 12 – Voadeira da Associação	28
Figura 13 – Jararaca-do-norte, comboia (<i>Bothrops atrox</i>)	31
Figura 14 e 15 – O panelo e a coleta das sementes	32
Figura 16 – Panelão com sementes de andiroba em cozimento	32
Figura 17 – Sementes de andiroba em processo de secagem	33
Figuras 18 e 19 – Prensa artesanal	33
Figuras 20 – Sabonete de copaíba embalado	34
Figura 21 – Base do ICMBIO na FLONA, entre os Rios Araguari e Falsino	37
Figura 22– Pesquisadores do IFAP preparam-se para ida a campo no Alto Araguari	38
Figura 23 – Projeção da População do Brasil e Unidades da Federação	39
Figura 24 – Reunião de eleição da nova diretoria da Associação	41
Figura 25 – Assembleia para eleição da nova diretoria	44

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ALI	Agente Local de Inovação
AMCEL	Amapá Florestal e Celulose S.A.
CMIG	Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPI's'	Equipamento de Proteção Individual
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FLONA	Floresta Nacional do Amapá
FLOTA	Floresta Estadual do Amapá
FUNBIO	Fundo Amapá através do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios S.A.
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá
IEPÉ	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICOMI	Indústria e Comércio de Minérios S.A.
IFAP	Instituto Federal do Amapá
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PFNM	Produtos Florestais Não Madeireiros
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPGMDR	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
PPGSA	Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia
PROEPPI	Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UC	Unidades de Conservação
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO.....	1
II - PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	5
III – A HISTÓRIA DO TERRITÓRIO, CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE.....	10
IV – PROTAGONISMO FEMININO E A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES.....	21
V – ANCESTRALIDADE E A SOCIOBIODIVERSIDADE.....	28
4.1 Saberes Ancestrais e os produtos da sociobiodiversidade no Alto Araguari.....	29
VI – POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E EMPODERAMENTO.....	37
VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
IX - APÊNDICES.....	55
X - ANEXOS.....	57

I - INTRODUÇÃO

A Amazônia é o lar de uma vasta variedade de espécies, sua rica biodiversidade e seu histórico de resistência milenar atraem a atenção de todo o planeta. Ao longo dos últimos cinco séculos, diversos projetos foram desenvolvidos para esta imensa área preservada, porém a maioria falhou em reconhecer o potencial dos saberes e tecnologias de sua população originária e remanescente. No Brasil, a Amazônia abrange quase metade do território nacional, suas riquezas se estendem ainda por países como Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa (Embrapa, s.d).

Dentro do universo amazônico, no extremo norte do Brasil, em área fronteiriça com a Guiana Francesa e Suriname, o estado do Amapá, possui 16 municípios e uma população de aproximadamente 877.613 mil habitantes, segundo estimativas do IBGE (2021) é a unidade da federação com a maior área de seu território destinada à preservação, segundo a Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público do Estado do Amapá (2011), são aproximadamente 70% do território regularizado sob alguma forma de proteção ou de restrição de uso. Dentre as unidades de conservação estão o Parque Nacional do Cabo Orange, Estação Ecológica de Maracá - Jipióca, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, a Floresta Estadual do Amapá (FLOTA) e a Floresta Nacional do Amapá (FLONA).

Segundo Roni Lomba, Alejandro Schweitzer e Jadson Porto (2020), existem quatro momentos importantes que explicam a formação histórica do território amapaense: 1) o final do século XIX e início do XX, foi marcado por atividades extrativistas, chamando atenção para exploração de castanha, borracha entre outros, atividades incentivadas pelo mercado exploratório integrado a geopolítica britânica; 2) em 1943, com a criação do território do Amapá, inaugura-se um novo conjunto de políticas e interesses para Amazônia, sob influência dos Estados Unidos. Projetos como a Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI), Jari Celulose e Amapá Florestal e Celulose S.A. (AMCEL), instalaram-se no estado; 3) em 1988 com a nova Constituição Federal foi criado o Estado do Amapá. Na mesma época sob pressão de grupos ambientalistas da agenda ambiental internacional da época várias unidades de conservação foram criadas, principalmente nos anos 90; 4) já no século XXI um novo grupo de interesse reorganiza a geopolítica da região, impulsionado por necessidades do mercado chines, importação de matérias primas como minério trazem grandes projetos de extração de minérios para a região.

Da década de 70 aos dias atuais o plantio de soja, a pecuária, e a mineração despontaram em potencial econômico na região gerando grilagem de terra e desmatamento. Hoje a Amazônia legal possui mais cabeças de gado, 89,2 milhões, que habitantes (Santos, Salomão e Veríssimo, 2021; IBGE, 2022). Em 2019 a produção de soja alcançou o faturamento de R\$ 41,7 bilhões; o minério exportado US\$ 18,1 bilhões, enquanto a exploração de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNM) somou 842,02 milhões sendo o açaí (*Euterpe oleracea*) com maior participação (70%), seguido de castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) com 16% (Santos, Salomão e Veríssimo, 2021).

Estado locus desta pesquisa, o Amapá foi atravessado por políticas públicas, assim como o restante da Amazônia brasileira, que entre 1950 e 2010, foram caracterizadas pela exploração dos recursos naturais e pela descon sideração das dinâmicas locais, o que gerou inúmeros conflitos e tensões socioambientais na região, como aponta Loureiro (2014). Essa dinâmica, marcada pela concentração fundiária e pela valorização de modelos de desenvolvimento exógenos, tem deslocado as populações amazônicas de suas raízes e o submeteu a condições de vida cada vez mais precárias, Loureiro (2002).

Neste contexto, as mulheres amazônidas encontram-se em uma situação complexa, marcada pela intersecção de múltiplas opressões: colonial, patriarcal, socioeconômica e ambiental. Vivendo em comunidades frequentemente isoladas, com acesso limitado a serviços básicos, elas são diretamente afetadas pela exploração desenfreada dos recursos naturais. Apesar dessas adversidades, as mulheres amazônidas demonstram uma resiliência notável, “emergem como a principal força da resistência na atualidade” (Miranda; Barroso, 2023, p. 1).

A divisão do trabalho as confina a papéis tradicionais de cuidado, elas são responsáveis pela maioria das tarefas domésticas, pelo cuidado com os filhos e com os idosos, e pela produção de alimentos para a família. Essa sobrecarga de trabalho, invisibilizada e não remunerada, as impede de participar plenamente da vida social e política, relegando-as a posições subalternas na sociedade. Como apontam Fabiana Chaves e Maria César (2019), essa divisão sexual do trabalho reproduz as desigualdades de gênero e limita as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional dessas mulheres.

Apesar dos desafios, mulheres na Amazônia têm criado agenciamentos fundamentais para o crescimento de seus territórios e comunidades, influenciando na preservação da cultura e dos conhecimentos tradicionais. Muitas delas são líderes comunitárias, e atuam ativamente na luta pela proteção da floresta e dos modos de vida sustentáveis. Através de iniciativas locais e parcerias com organizações da sociedade civil, as mulheres amazônidas buscam fortalecer sua participação política e econômica, promovendo a igualdade de gênero e a sustentabilidade na região.

Imersa dentro desse complexo sistema amazônico, um grupo formado majoritariamente por mulheres, chama a atenção por seu protagonismo e organização comunitária. As Sementes do Araguari, estão organizadas em uma associação, e produzem artesanatos, biocosméticos, como sabonetes, unguentos¹, óleos, velas entre outros produtos e, também, desenvolvem atividades de ecoturismo. O grupo organiza-se em torno de toda a cadeia produtiva dos biocosméticos, da coleta sazonal das matérias orgânicas, extração de óleos, produção e comercialização das mercadorias.

A Associação das Mulheres Extrativistas Ribeirinhas do Araguari – Sementes do Araguari, começou em 2019, mas só foi formalmente constituída em 2020, atualmente reúne sessenta e oito associados, destes sessenta são mulheres e oito são homens, segundo sua presidenta, em sua maioria familiares, residentes entre os territórios do Município de Porto Grande e as margens do Alto e Médio Araguari, no estado do Amapá, são conhecidas com *as Sementes ou Sementeiras do Araguari*². A associação, com sede no Alto Araguari, dispõe de uma voadeira³, um motor de polpa e acesso à internet, recursos que têm sido fundamentais para o desenvolvimento de seus projetos. A partir de um grupo inicial de 27 mulheres, a associação tem crescido e se consolidado como um importante espaço de empoderamento feminino e desenvolvimento sustentável na região.

A Associação Sementes do Araguari, reconhecida por sua capacidade de articulação com diversos setores da sociedade, foi apresentada ao programa Empodera Mulher do IFAP em julho de 2021, programa ao qual a autora era coordenadora na época, com o objetivo de fortalecer a oferta de cursos de formação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade. A equipe foi calorosamente recebida pelas mulheres na casa do Seu Gabriel e da Dona Dora.

¹ É uma substância pastosa, tipo pomada, geralmente aquecida através da fricção com as palmas das mãos, aplicada diretamente sobre a pele com o objetivo de tratar alguma enfermidade.

² Em referência a Costa (2023).

³ Embarcação, geralmente de alumínio, com motor de polpa de 15 Hp ou 25 Hp.

Conheceram a história da associação, a construção de sua sede e os seus produtos. Foi impactante perceber a força e o empoderamento daquelas mulheres para sustentarem o processo de produção e venda de produtos da floresta em meio à própria floresta, considerando o complexo contexto em que vivem.

A essência do empoderamento presente neste recorte reside na capacidade dessas mulheres de tomarem decisões, por vezes arriscadas, e agirem coletivamente. Ao contrastar as ações da associação com as de uma empresa tradicional, percebe-se uma divergência fundamental de valores. Enquanto empresas buscam maximizar lucros e otimizar processos, priorizando a localização estratégica de suas fábricas, a Associação Sementes do Araguari optou por uma escolha ousada: instalar seu espaço de produção em um local remoto, às margens do Rio Araguari, demonstrando um compromisso com a comunidade e com a valorização do território, mesmo diante das dificuldades que tal decisão acarreta.

Nesse complexo contexto social, que inclui violência de gênero, escassez de recursos, esta pesquisa possui como objetivo geral compreender como as ações das Sementes do Araguari se colocam como agências no território do Alto Araguari. E como específicos: a) Compreender a formação sociohistórica do território onde estão inseridas; b) Analisar a organização da associação e o protagonismo das mulheres; c) Perceber como a ancestralidade se reflete na produção dos produtos da sociobiodiversidade; e, d) Refletir sobre os elementos que têm contribuído para o agenciamento dessas mulheres.

A pesquisa se justifica pela crise dos paradigmas modernos em decorrência da crise climática, imputando a contemporaneidade a obrigatoriedade de manutenção da vida, por meio de novas formas de ser, viver e produzir preservando a natureza. Outrossim, destaca a importância de promover a interdisciplinaridade entre os conhecimentos tradicionais e as ciências acadêmicas. Ao analisar os saberes das mulheres da associação, que abrangem áreas como saúde, engenharia e astronomia, busca-se contribuir com novas perspectivas e soluções para os desafios contemporâneos, “perceber outros paradigmas que podem ser essenciais ao entendimento da sociedade e de fenômenos emergentes” (Castro, 2019), bem como contribuir com a epistemologia amazônica na construção de comunidades sustentáveis, Diegues (2003). Sua relevância também repousa em reafirmar os compromissos assumidos pela sociedade através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A relevância do tema em questão repousa também em reafirmar os compromissos assumidos pela sociedade por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses objetivos, que visam promover uma abordagem integrada para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, servem como um marco fundamental na busca por um futuro possível. As ODS se comprometem a enfrentar desafios globais como a pobreza, a desigualdade e as mudanças climáticas. Dessa forma, sua promoção se torna essencial para garantir a continuidade da vida humana, Costa (2023).

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo dedica-se à apresentação da abordagem teórica e da metodologia, explicitando os procedimentos metodológicos adotados para responder aos objetivos da pesquisa. No capítulo 2, faz-se uma abordagem histórica da comunidade do Alto Rio Araguari, situada entre as unidades federal e estadual de conservação no Amapá, com infraestrutura precária e isolamento geográfico, a distância e o difícil acesso à região influenciam na dinâmica local e também impuseram desafios à pesquisa. O estabelecimento da comunidade, há cerca de 40 anos, foi impulsionado pela exploração do garimpo Capivara, o que resultou em transformações significativas no território (Fernandes, 2014). A história da Amazônia é marcada por ciclos de exploração e políticas públicas ineficazes, perpetuando a pobreza e a desigualdade (Silva; Sousa; Araújo, 2017).

No terceiro capítulo, intitulado “Protagonismo feminino e a associação de mulheres” mergulha-se na história da Associação de Mulheres Extrativistas Sementes do Araguari. O objetivo foi compreender seu funcionamento e a trajetória da associação, desde sua formação até os dias atuais, destacando o papel da liderança feminina, em especial de Arlete presidenta da associação, na superação dos desafios impostos pelo fim do garimpo na região.

A narrativa se inicia com a descrição da rotina das mulheres da associação, que se unem para coletar os recursos da floresta e transformá-los em biocosméticos, respeitando o ritmo da natureza. Em seguida, apresenta-se a história de Arlete, a presidenta da associação, desde sua fundação, ainda jovem ela precisou se reinventar diante das adversidades, encontrando na floresta uma nova fonte de renda e empoderamento para si e para as mulheres da comunidade. A trajetória da associação é marcada por desafios, como a exclusão delas da Associação Bom Sucesso, mas também por conquistas, como a construção da sede própria e o desenvolvimento de projetos de fomento.

No quarto capítulo, explora-se a relação intrínseca entre ancestralidade e sociobiodiversidade na comunidade do Alto Rio Araguari, Amapá. A partir da coleta e beneficiamento da andiroba, do breu-branco, e da fava, observou-se como os saberes tradicionais e a biodiversidade local se entrelaçam, constituindo a base da produção de biocosméticos pelas mulheres da Associação Sementes do Araguari. A coleta da andiroba, guiada pelo conhecimento ancestral sobre os ciclos da natureza, revela a profunda conexão das mulheres com a floresta.

A produção dos biocosméticos, por sua vez, é um exemplo da sociobiodiversidade em ação, evidenciando a interação entre os saberes tradicionais e os recursos naturais (Brasil, 2009). Essa atividade não apenas gera renda para a comunidade, mas também fortalece a identidade cultural e promove o empoderamento feminino, como no caso da liderança de Arlete. No entanto, desafios como o impacto das hidrelétricas no ecossistema local e a dificuldade de inserção no mercado evidenciam a necessidade de valorização e apoio a essas comunidades.

Capítulo quinto, Educação e Políticas públicas e empoderamento, como as políticas públicas chegam no território e impactaram as pessoas e como as políticas públicas educacionais têm colaborado para o agenciamento delas, uma vez que elas vivem em um processo de opressão que é maximizado no território, pois não possuem educação de qualidade e as políticas públicas chegam em menor quantidade, ao mesmo tempo, elas estão criando estratégias para sobreviver no território, a partir da produção de produtos da floresta.

No capítulo cinco, foram abordados ainda os desafios enfrentados pelas mulheres na Amazônia, marcados pela violência, baixa escolaridade e exclusão dos espaços de poder (Chaves; César, 2019). Nesse contexto, a ancestralidade e a sociobiodiversidade emergem como pilares para a construção de um futuro mais justo e sustentável, como demonstra a vivência da Associação de Mulheres Extrativistas Sementes do Araguari. Por meio da produção de biocosméticos, essas mulheres resgatam saberes tradicionais e transformam a riqueza da floresta em empoderamento e autonomia.

II - PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICO

Os objetivos específicos se complementam e se articulam para responder ao objetivo geral. Ao compreender a história do território, a organização da associação, a relação com a ancestralidade e os fatores que contribuem para o empoderamento das mulheres, constrói-se uma visão ampla do papel das Sementes do Araguari como agentes de transformação no território do Alto Araguari, percurso possível pelo intercâmbio teórico e metodológico, descritos neste capítulo. Por exemplo, o estudo da formação sociohistórica do território serviu como uma base, utilizando pesquisa bibliográfica para revelar as transformações que moldaram o Alto Araguari ao longo do tempo.

Além disso, a análise da organização da associação e o protagonismo feminino são aprofundados por meio de trabalho de campo e da observação participante, permitindo captar a dinâmica interna e subjetiva do grupo. A ancestralidade, um aspecto cultural crucial, é explorada por meio de métodos tipo etnográficos e narrativas, evidenciando as práticas que sustentam sua relação com a sociobiodiversidade. Por fim, a reflexão sobre os fatores que têm fortalecido o agenciamento das mulheres, considerando tanto fatores históricos como contemporâneos, enriquece a compreensão do fenômeno. Dessa forma, os objetivos específicos estão conectados entre si e com o objetivo geral, formando uma rede de conhecimento que abrange a complexidade das ações das Sementes do Araguari.

Nesse sentido, dada a contextualização do lócus da pesquisa, os paradigmas que conduzem os recorte são decoloniais, pois só eles podem dar conta de compreender as complexas dinâmicas sociais, culturais, identitárias e pedagógicas presentes no contexto social dessas mulheres. Essa resignificação pode ser alcançada por meio da integração interdisciplinar de áreas como geografia, história e antropologia, conforme discutido por Wortmann, Marisa Costa e Rosa Silveira (2015, p. 35): “A resignificação é, portanto, uma estratégia que se vale de um elaborado jogo que envolve o “olhar”: ela implica estranhar, desfamiliarizar ou tornar explícito o que estava naturalizado, deslocando e ampliando, nesse processo, significados e seus efeitos produtivos”.

Nesse sentido, buscando compreender o significado das ações das *Sementes* para elas, optou-se por utilizar as narrativas como ferramenta metodológica, uma vez que são chaves para compreender os aspectos socioculturais que influenciam a ação do grupo. Segundo Geertz (2008), ao estudar as histórias que as pessoas contam, podemos desvendar os códigos culturais que moldam suas vidas e suas interações sociais. Para aprofundar a capacidade de compreensão das nuances que permeiam as vivências dessas mulheres, realizou-se também pesquisa bibliográfica permitindo principalmente explorar os estudos que tratam da constituição histórica do território que habitam e das temáticas que envolvem a pesquisa.

Ao analisar os processos de ocupação, as dinâmicas sociais e as transformações ocorridas ao longo do tempo, buscou-se compreender os fatores que influenciaram a escolha dessas mulheres por produzirem neste local. Além disso, a análise de relatos pessoais permitiu vislumbrar as experiências individuais e coletivas que moldaram as trajetórias de suas vidas transformando-as em agências relevantes para seu território, capítulo segundo.

Buscou-se perceber o saber-fazer, a organização dessas mulheres dentro da associação, por meio do trabalho de campo que foi composto por visitas à comunidade e por diversas interlocuções com as *Sementes do Araguari* em eventos e espaços fora da comunidade. Nesse contexto, a pesquisa participante permitiu maior vivência e identificação com as mulheres e um

acompanhamento da vida e da identificação de seus saberes e sistemas de conhecimentos a partir do narrar e do observar delas. Os dados foram colhidos por meio da pesquisa bibliográfica, observação participante, conversas informais, entrevistas e fotografias, destacados no terceiro capítulo, que se dedicou a analisar a organização da associação e o protagonismo das mulheres.

A distância e o isolamento da comunidade são elementos de forte influência na dinâmica dela e, também, mostraram-se como fatores limitantes para a realização desta pesquisa. Não existe nenhum tipo de transporte coletivo que facilite o fluxo de pessoas e de mercadorias, as viagens acontecem por meio do aluguel de embarcações, devido à distância, o valor do combustível e do óleo, as viagens são caras. Por isso não foi possível fazer um vasto mapeamento das residências na comunidade, restringindo a pesquisa a algumas mulheres da associação.

Telma, Arlete, Erica, Rosenilda, Nalva e Dona Glorinha foram algumas das lideranças presentes durante algumas visitas de campo. Assim, por conta do maior contato com Dona Glorinha e Arlete, ambas são as principais interlocutoras desta pesquisa. Isso devido ao fato de que dona Glorinha, ser a matriarca de uma das poucas famílias que vivem na Floresta Nacional do Amapá (FLONA), ou seja, Dona Glorinha representa a memória viva de uma comunidade que se adaptou às dinâmicas da região. Desde a década de 1960, sua família vivencia a transição entre a subsistência e a exploração de recursos naturais, a madeira e o garimpo, assim, a trajetória de Dona Glorinha mostra como ela e comunidades na Amazônia têm se adaptado diante das inúmeras mudanças vivenciadas por esses territórios, em especial nos últimos cinquenta anos. Os nomes utilizados nesta pesquisa são reais e foram providos com os termos de consentimento de uso de imagem.

Arlete, por sua vez, é filha de Dona Glorinha, emerge como uma liderança feminina que se destaca na luta por autonomia e empoderamento, em especial de mulheres. A trajetória de Arlete é marcada pela participação ativa em associações e pela criação da Associação Sementes do Araguari, no qual é composto majoritariamente por mulheres. Um destaque na trajetória de Arlete, além do protagonismo feminino, é a construção de alternativas de desenvolvimento sustentável e a superação de desafios como a desigualdade de gênero.

A presente pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 68127423.7.0000.0211, parecer emitido em 30/06/2023), adotou como estratégia a revisão bibliográfica para superar os desafios de acesso ao território. A busca por trabalhos acadêmicos foi realizada em plataformas como Scielo, Biblioteca Digital da UNIFAP e Plataforma Sucupira. Apesar da extensa busca, foram poucos estudos sobre o tema, com destaque para Fernandes (2014) e Costa (2023), o que evidencia um campo emergente de pesquisa.

A pesquisa, pautada em uma abordagem qualitativa e do tipo etnográfica, busca compreender os sujeitos em seus próprios termos, por meio da valorização de seus saberes e suas narrativas. A pesquisa participante, que envolve a observação e a participação da pesquisadora no cotidiano das e dos sujeitos, permitiu uma imersão em seu universo cultural. As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas para aprofundar a compreensão sobre seus modos de vida, suas crenças e seus valores. Assim a pesquisadora assume um duplo papel, de observadora e participante (Mattos, 2020). Essa escolha metodológica se justifica pela capacidade da abordagem tipo etnográfica em capturar a complexidade das relações sociais e culturais, o que permitiu realizar uma análise dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências e também por ser a mais adequada para a perspectiva sociohistórica que é utilizada como ferramenta de compreensão neste recorte.

Nesse sentido, conforme Mariza Peirano (2014), em “Etnografia não é método”, a etnografia é uma forma de conhecimento que se constrói na relação entre pesquisadora e interlocutores de pesquisa, por meio do trabalho de campo e da observação participante. Assim, a

etnografia, para Mariza Peirano (2014), não se resume à aplicação de técnicas de pesquisa, mas envolve uma postura ética e política de quem pesquisa, no qual, enquanto pesquisadores, devemos nos comprometer com a escuta atenta e respeitosa das interlocutoras. Segundo Castro R. (2019, p. 58):

As pesquisas do tipo etnográficas fazem uso de aspectos da etnografia, mas não se trata da etnografia no sentido das realizadas pelos antropólogos. Constituem-se e fundamentam-se a partir de elementos da pesquisa etnográfica, sobretudo, das técnicas que emprega (Castro R, 2019, p. 258).

Este percurso teórico moldou o capítulo quarto e buscou responder como a ancestralidade se reflete na produção dos produtos da sociobiodiversidade. Dessa forma, os procedimentos metodológicos da etnografia centram-se em três princípios fundamentais: a observação, que é o meio pelo qual o pesquisador conhece a realidade, descrita em fenômenos e fatos que trazem as informações concernentes ao objeto da investigação; as informações, que se pautam em categorias linguísticas, performances e traços específicos do comportamento humano; a singularidade, que exige atenção para a definição de papéis relativos a idade, ao gênero e aos ritos próprios de um grupo cultural (Larchert, 2017, p. 5). A realidade, os fenômenos e as singularidades são capturadas através das memórias e narrativas dos sujeitos pesquisados.

Ricoeur (1994) defende que, para além de uma polaridade entre memória individual e memória social, deve ser levada em conta uma tríplice atribuição da memória. Nesta, estão incluídas as memórias que são particulares de cada indivíduo, a qual é pautada em sentidos e valores que regulam e são regulados por ações socialmente legítimas e que, portanto, estruturam a memória social, mas também aquela memória ligada a pessoas com as quais um agente estabelece relações de reciprocidade mais estreitas que as firmas com a sociedade tomada como toda, o que muito se deve ao fato de compartilharem o mesmo contexto espaço-temporal.

A memória colabora para a produção e reprodução de identidades culturais. Pollak (1992) contribui para perceber esses fatores ao apontar três características sobre a identidade: os limites de pertencimento a um grupo social, a continuidade temporal desse pertencimento e o sentimento de coerência que as opções e ações decorrentes causam ao agente social. Assim, considera que os sentimentos atrelados aos elementos de configuração de identidades são constituídos pela memória, especialmente por contribuir para a permanência da coerência e desejo de continuidade das pessoas como parte de um grupo. Nesse sentido, tanto a memória quanto a identidade são valores disputados em jogos de diferentes discursos.

As ciências humanas, em especial a antropologia brasileira, passam por um processo de descolonização do conhecimento, por meio da busca em romper com os paradigmas coloniais que historicamente limitaram a produção acadêmica a rígidas metodologias. Ana Damásio (2022) destaca que a ciência é permeada por marcadores sociais das diferenças, que influenciam as escolhas teóricas e metodológicas da pesquisadora. Assim, a ciência carrega em si classe, local de produção, gênero, raça e sexualidade, características que não devem ser ignoradas. Joselina da Silva e Maria Euclides (2022, p. 89), reforçam essa perspectiva, ao apontarem a importância da contribuição de mulheres negras na construção de novas narrativas e propostas de investigação, antes pouco exploradas.

Essas incursões teóricas são fruto das abordagens decoloniais, como dito, assim como das análises críticas do Sul Global, que procuram reexaminar conceitos e paradigmas moldados durante o período colonial. Desde os anos 1950, têm surgido teses e interpretações sobre a dependência, a desigualdade, a marginalização, a colonialidade do poder, do conhecer e do ser, a questão racial e étnica, bem como as contradições do desenvolvimento em países que foram submetidos à escravidão (Castro, 2022). Segundo a professora Edna Castro (2022), o debate

decolonial é fundamental pois demarca uma contribuição crítica valorosa na perspectiva latino-americana e sul global a despeito da crença que associa a condição moderna a uma imagem de desenvolvimento, a partir da exploração dos recursos naturais. Conforme Edna Castro (2022):

Um dos pontos importantes nessas formulações teóricas é integrar a história das sociedades latino-americanas enquanto recurso metodológico para entender as estruturas constitutivas dessas sociedades que foram marcadas pela trajetória colonial-escravista, que determina, ainda no presente, as relações de classe, de raça e de gênero que atravessam essas sociedades e permanecem como desafios ao desenvolvimento regional (Castro, 2022, p. 21).

Cabe discutir que, embora os termos “latino-americano” e “Sul Global” possam se sobrepor em alguns contextos, eles não são sinônimos. “Latino-americano” refere-se especificamente aos países da América Latina, enquanto “Sul Global” é um termo mais amplo que engloba não apenas os países latino-americanos, mas também outras regiões do mundo que enfrentam desafios socioeconômicos semelhantes, especialmente decorrentes da colonização e da marginalização global sofrida por esses países. No entanto, em alguns contextos acadêmicos e políticos, é possível que sejam usados de forma intercambiável para se referir a uma perspectiva compartilhada sobre questões de desigualdade global causadas pelo colonialismo, Castro (2022).

Apesar de toda riqueza que se pode depreender do universo amazônico, ainda não foram superados os estigmas de exotividade e subalternidade que permeiam o imaginário social brasileiro a despeito dele. O que se observa nessa realidade é um processo profundo de esvaziamento e de desvalorização dessas culturas. A população que resiste, sofre pelo isolamento, em especial a dependência de serviços essenciais, como saúde e educação.

Dessa forma, compartilhar um recorte da vivência e da história das Sementes do Araguaari, é reconhecer os saberes ancestrais sobre os biomas, sobre as águas, a própria história natural delas e dos territórios que ocupam. É um ato político que propõe resguardar a memória dessas mulheres e apresentar novos paradigmas de encontro ao fracasso dos modelos de desenvolvimento pensados para a região. É urgente que sejam consideradas, no campo do ideário do desenvolvimento regional, as experiências dessas mulheres. Por isso, para além de temas da desigualdade social, do colonialismo e do racismo estrutural debatidos desde meados do século passado, esta pesquisa reafirma o legado epistemológico que será deixado por estes estudos, somados aos demais com o mesmo esse enfoque, colaborando para episteme amazônica (Castro, 2019).

A epistemologia é um ramo da filosofia que se dedica ao estudo da natureza, origens e validade do conhecimento humano. Seu escopo investiga como a aquisição, justificação, organização e aplicação do conhecimento se articulam para construção do entendimento sobre o mundo (Oliveira, 2009). A ancestralidade e a sociobiodiversidade são pilares fundamentais da episteme amazônica. Enquanto pesquisadores da região, temos a responsabilidade de fortalecer e reconhecer esses saberes, contribuindo para a construção de conhecimentos que valorizem a diversidade cultural e ambiental da Amazônia.

Nesse sentido, é importante reconhecer os e as pesquisadoras e instituições de ensino que têm se dedicado a fortalecer a episteme amazônica, em diferentes linhas de pesquisa, nas diferentes áreas do saber, como o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), com 50 anos de funcionamento, o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP), e o Centro de Estudos sobre cerâmica do Maruanum, mulherismos, decolonialidade e relações étnico-raciais do IFAP, entre outros que tem contribuído com estudos

relevantes sobre a realidade amazônica, muitos pesquisadores desses programas são referência para esta dissertação.

Diante da emergência climática e das singularidades do Amapá, com seu vasto patrimônio natural e sua rica diversidade cultural, é imperativo agirmos. Inspirados por Paulo Freire (1996), que nos lembra que o mundo está em constante transformação, devemos buscar alternativas para conservar a Amazônia e resguardar a memória e os saberes do seu povo. O fortalecimento da identidade e da cultura das comunidades locais, aliado à valorização dos produtos da floresta por meio da inovação tecnológica, representa um caminho promissor para alcançarmos esses objetivos.

III – A HISTÓRIA DO TERRITÓRIO, CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE

A comunidade que vive às margens do Alto Rio Araguari, entre as unidades de conservação estadual e federal, Floresta Estadual do Amapá (FLOTA) e a Floresta Nacional do Amapá (FLONA), vive em uma estonteante paisagem bucólica, do tipo que se registra em um saguão de aeroporto. As imagens são paradisíacas, a mata parece intocada, é o meio da Amazônia. A internet chegou a pouco, com a Starlink⁴, o fornecimento de luz ainda é precário, em alguns pontos ainda não existe.

As moradias ribeirinhas despontam nas margens, sem conglomerados, apenas casas pequenas, no geral os vizinhos estão há muitos quilômetros de distância, às vezes 1 hora e 30 minutos de voadeira. Algumas casas estão abandonadas, como observa-se na Figura 1, no Alto Araguari, não há nenhum festejo na comunidade, como é habitual em outras comunidades na Amazônia. Não há escolas, nem unidades básicas de saúde, nenhum mercado - as pessoas precisam fazer compras na cidade de forma quinzenal ou mensal durante os dias de pagamento, geralmente quando vão receber as bolsas dos programas de auxílio do Governo.

Figura 1 – Habitação abandonada no Alto Araguari



Fonte: Autora, pesquisa de campo, 2023.

Essa dinâmica é reflexo da dinâmica sociohistórica deste território. Segundo Fernandes (2014), uma parcela significativa da comunidade se estabeleceu na região ao longo dos últimos 20 a 40 anos. Data que coincide com a atividade do Garimpo Capivara, fato importante da identidade local. O garimpo, enquanto fonte de oportunidades econômicas, também apresentou desafios, resultando em transformações profundas na paisagem e nas relações sociais. A exploração mineral gerou um dilema entre desenvolvimento e preservação, atraindo migrantes em busca de trabalho, mas também trazendo degradação ambiental e conflitos por terras.

⁴ Serviço de internet via satélite desenvolvido pela empresa SpaceX, começou a operar no Brasil em 2022. Tornou-se popular em regiões que não possuem rede móvel na Amazônia.

Conforme Lígia Simonian *et al.*, (2003), as atividades de mineração tiveram início em 1987, quando garimpeiros migraram para Porto Grande, no rio Araguari, após enchentes em Calçoene reduzirem a produção de ouro em 50%. Em 2002, momento em que os autores realizam a pesquisa, um garimpo ilegal ainda operava no interior da FLONA do Amapá, próximo ao rio Capivara, com um povoado conhecido como “corrutela do Capivara”.

A memória do Garimpo Capivara simboliza essa transição, e, reflete uma mistura de esperança e desilusão. Os relatos dos moradores preservam a história do garimpo e ressaltam a resiliência da comunidade numa luta por reconhecimento e cidadania. A narrativa da região abrange não apenas a exploração, mas também a busca pela dignidade e pela manutenção da cultura local. Essa reflexão sobre a história local é crucial para identificar caminhos sustentáveis e justos para o futuro da Amazônia e suas comunidades.

A Amazônia brasileira, embora utilizada como moeda simbólica de grande valor por diferentes governos no Brasil (Loureiro, 2002), tem recebido pouca atenção em termos de conservação ambiental e garantia de bem-estar para a população, especialmente as comunidades tradicionais, que sofrem os impactos do neoextrativismo e das mudanças climáticas (Svampa, 2016; Castro 2018; 2019; 2022). Uma análise realizada pelo jornalista Fábio Bispo (2024), dos dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), referentes ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) de janeiro de 2021 a junho de 2024, revelou que prefeitos candidatos à reeleição nas capitais da Amazônia brasileira destinaram apenas 0,36% do orçamento ao meio ambiente.

É notório que as políticas públicas têm falhado em garantir a retenção de suas riquezas e a promoção da tecnologia em sua biodiversidade. O legado colonial ainda influencia e determina as relações sociais, políticas e econômicas em seus territórios (Assis; Lages, 2017), pois, Violeta Loureiro (2002) aponta que a riqueza gerada pela Amazônia, muitas vezes não é vista, e, aparentemente não permanece lá:

Mas é mais recentemente que ela tem sido mais explorada: seja como fonte de ouro, como em Serra Pelada, que serviu para pagar parte da dívida nacional, deixando na região apenas as belas reproduções das fotografias que percorreram o mundo, mostrando a condição subumana do trabalho dos homens no garimpo; seja como geradora de energia elétrica para exportar para outras regiões do Brasil e para os grandes projetos, que a consomem a preços subsidiados, enquanto o morador da região paga pela mesma energia um preço bem mais elevado; seja como última fronteira econômica para a qual milhões de brasileiros têm ocorrido nas últimas décadas, com vistas a fugirem da persistente crise econômica do país, buscando na Amazônia um destino melhor (o que, infelizmente, poucos encontram) (Loureiro, 2002, p. 107).

A dinâmica de extrair sem investir, sem garantir que as dinâmicas exportadas não suprimam as dinâmicas locais, evidencia um complexo panorama, e também denunciam as contradições do desenvolvimento e os tensionamentos sociais provocados pelas dinâmicas violentas de usurpação desses territórios (Castro, 2022). Esses fatores não apenas desestabilizaram comunidades inteiras, mas também alimentaram um ciclo de marginalização que perpetua a desigualdade, impulsionando incidência da pobreza no norte brasileiro até os dias de hoje, como afirmam Andréa Silva, Janaildo Sousa e Jair Araujo (2017):

O Norte, que junto ao Nordeste, foi a região com os domicílios mais pobres e com maior privação do Brasil, principalmente quando se considera a área rural. A partir da identificação do acentuado nível de pobreza da Região Norte, identificou-se os fatores que mais limitam o seu desenvolvimento. Esses fatores estão de maneira predominante,

relacionados à moradia e a serviços básicos. A educação também apresentou uma considerável participação na composição da pobreza, o que pode denotar numa redução na possibilidade de se obter maior renda (Silva; Sousa; Araújo, 2017, p. 227).

Conforme Loureiro (2002) destaca, a rica biodiversidade da Amazônia tem sido considerada um entrave ao desenvolvimento econômico, uma vez que não se encaixa no modelo de produção em larga escala adotado pela sociedade industrial. Essa visão tem influenciado a formulação de políticas “desenvolvimentistas” para a região, as quais muitas vezes entram em conflito com os arranjos socioprodutivos locais. Os estudos de Edna Castro (2018;2019;2022), Violeta Loureiro (2002), Maristella Svampa (2016) mostram que regiões tradicionais, afastadas das grandes metrópoles, possuem uma lógica própria de produção. Esses paradigmas divergentes mostram a necessidade de repensar e ajustar as estratégias do que eles chamam de desenvolvimento para a Amazônia, de modo a conciliar a conservação da biodiversidade com o crescimento econômico e social da região.

A trajetória da Amazônia, desde a chegada dos europeus até os tempos atuais, tem sido caracterizada pela desarticulação violenta de seus territórios e de sua sociobiodiversidade, em prol de interesses coloniais, capitalistas e desenvolvimentistas que buscam impor padrões homogêneos de desenvolvimento, típicos do imaginário da modernidade (Loureiro, 2014; Castro 2018;2019;2020). É contraditório, pois, conforme o Ministério do Meio Ambiente (MMA), é a região com uma das maiores biodiversidades do planeta (Brasil, 2024), também possui um dos maiores índices de pobreza do país (Silva; Rodrigues, 2021), e isso é a maior evidência das consequências de como essa lógica operar nesses territórios. A região, vítima, por conta de sua própria exuberância e do predatismo estrangeiro, se faz mais economicamente útil para os centros urbanos de poder, do que eles têm sido para ela (Loureiro, 2002).

A Amazônia continua sendo alvo de interesses econômicos, com a expansão da agropecuária, mineração, exploração de recursos naturais e projetos de infraestrutura, dando continuidade aos conflitos socioambientais e impactos negativos para a região e suas populações tradicionais. O conceito de comunidade tradicional adotado se refere a definição adotada no Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), definido pelo Artigo 3 como:

I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

Três fases são marcos na intensificação de processos migratórios para a região, a colonial, o extrativismo da borracha e a alta intervenção estatal durante e após a ditadura militar. No Estado do Amapá, por exemplo, essas fases refletem na articulação e desarticulação de cadeias produtivas e territórios, bem como na busca por novas alternativas de desenvolvimento para a região. Tais fases são elencados no livro “Contradições do desenvolvimento regional na Amazônia brasileira”:

Na história da Amazônia percebem-se três importantes fases que definiram a sua formação socioeconômica: 1a) o período da Amazônia Colonial, quando se consolida a ocupação europeia; 2a) a fase áurea do extrativismo da borracha, momento importante na acumulação de riquezas e geração de excedente econômico e; 3a) o período da forte intervenção estatal para a integração da Amazônia na economia nacional, com o

estímulo aos “grandes projetos”, o que desencadeia a busca de novas alternativas de desenvolvimento. Essas fases se manifestam na região Sul do estado do Amapá, tendo como pano de fundo a disputa pelos recursos do agroextrativismo (Filocreão; Marcos, 2022, p. 46).

Desde o período colonial, a Amazônia se tornou alvo de exploração dos recursos naturais, isso gerou uma intensa invasão de estrangeiros, que se intensificou no século XVIII com a exploração do látex, atraindo migrantes de diversas regiões do Brasil e até mesmo de outros países em busca de riqueza e oportunidades na região. Edna Castro (2018), destaca que o Brasil viveu a exploração dos recursos, acompanhou os ciclos econômicos do Brasil, com o ciclo da borracha, do ouro, do café, da cana e outros. Ao longo do século XX, a expansão da fronteira agrícola para o Norte do Brasil e a construção de grandes obras de infraestrutura e megaprojetos, como as rodovias Transamazônica e BR-163, impulsionaram um movimento migratório de diversas partes do país, especialmente do Nordeste, em busca de oportunidades econômicas (Filocreão; Marcos, 2022).

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a bacia do Araguari foi palco de diversas expedições exploradoras, com nomes como o francês Laluet (1896), o brasileiro naturalizado George Meyer Gonçalves – “o grande propulsor do desenvolvimento” na área – e, posteriormente, João Abreu (1907), Eduardo Gibson (1908) e Cochard (1909), conforme mostra Lígia Simonian *et al.* (2003). Nesse período, a pecuária já se destacava na região, com fazendas estabelecidas no baixo rio Araguari. Um exemplo marcante é o caso de Margarida de Castro, viúva do Coronel Castro, ex-comandante da fortaleza São José de Macapá, que era proprietária de uma fazenda na região e faleceu tragicamente em decorrência de uma pororoca (Buarque, 1925 apud Simonian *et al.*, 2003).

A exploração mineral também marcou presença na bacia do Araguari, apesar das dificuldades de acesso impostas pelas corredeiras dos rios Araguari e Falsino. O uso de aeronaves para transporte, principalmente durante o período de seca, evidencia esses desafios (Simonian *et al.*, 2003). Posteriormente, durante a Ditadura Militar, a região passou por transformações com a implementação de projetos de colonização dirigida, como a criação de agrovilas e assentamentos, com o objetivo de ocupar e realizar “desenvolvimento” planejado de territórios da Amazônia. Muitos desses projetos, contudo, foram abandonados, deixando um legado de violência - que sobressai principalmente sobre as mulheres (Svampa, 2016), exploração e degradação ambiental.

Segundo Fialho e Trevisan (2019), nesse período, o Estado Brasileiro intensificou seus esforços para controlar e desenvolver a região, a exemplo da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, resultado da “Operação Amazônia”, que possuía como objetivo articular esforços e promover a proteção das fronteiras, regulamentar o uso do solo e desenvolver a infraestrutura na Amazônia Legal. Neste sentido,

o papel chave desempenhado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, de 1970) e as suas Superintendências, articulados com o Programa de Integração Nacional (PIN, de 1970) e os I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND, de 1972-1974 e 1975-1979, respectivamente), resultaram em ações específicas, como o PROTERRA, o POLAMAZÔNIA, o PRODOESTE, o Projeto RADAM, ou seja, produtos elaborados com o intuito de viabilizar a ação do Estado visando expandir a fronteira econômica e a colonização dirigida no país (Fialho; Travesian, 2019, p. 2).

A década de 80 é marcada pelo processo de redemocratização, abertura comercial, reconhecimento de direitos com a constituição de 88, e a criação de unidades de conservação

(UC)⁵ ambientais, fatos que refletiram consequências nas dinâmicas dos territórios amazônicos. Os movimentos ambientalistas da década de 80, somado ao valor internacional que a Amazônia passou a ter no contexto da crise ambiental global, influenciaram a criação de políticas públicas protecionistas onde antes o estado estimulava o desenvolvimento predatório e urbanizador.

Essas intervenções verticais tiveram um impacto significativo sobre as estruturas sociais e econômicas das regiões amazônicas. Os projetos econômicos de grande escala implementados durante o processo de integração da Amazônia à economia nacional consolidaram práticas de políticas públicas e, ao mesmo tempo, tornaram a população cada vez mais dependente do poder público, resultando em um processo contínuo de desarticulação. No período da Ditadura Militar, Fabiana Chaves e Maria de Assis (2019, p.140) mostram que “[...] o crescimento populacional entre 1950 e 2007 totalizou 516%, contra uma média nacional de 254% no mesmo período”. A população da Amazônia Legal aumentou de 8,2 milhões em 1972 para 28,1 milhões de habitantes em 2020, o que representa 13% da população brasileira (Santos, Salomão e Veríssimo, 2021).

A ocupação da comunidade do Alto Araguari segue a mesma tendência, com moradores atraídos pela perspectiva de desenvolvimento, riqueza e prosperidade da região. Influenciados por essa visão desenvolvimentista, muitos residentes se estabeleceram na área durante a década de 70, desmataram, caçaram, venderam madeira e trabalharam com o garimpo de forma direta ou indireta, como afirma Fernandes (2014, p.34): os moradores desempenhavam funções como garimpeiros (32%), comerciantes (16%), trabalhadores autônomos (10%) e empregados rurais (10%). Vale destacar que 32% dos entrevistados não responderam a essa pergunta na entrevista.

É interessante notar que muitos evitam falar sobre o tempo do Garimpo ou que trabalharam nele, e isso se deve às novas dinâmicas implantadas no território pelo estado em função da nova geopolítica global e do novo valor que a Amazônia passou a ter. Atualmente os moradores trabalham com a pesca, agricultura familiar de subsistência, artesanato, produção de biocosméticos e o manejo de açaí principalmente.

Observa-se que o extrativismo, e na contemporaneidade o neoextrativismo (Castro, 2018) e o manejo florestal têm sido as atividades econômicas desenvolvidas na Amazônia desde o processo de colonização, e, na maioria dos casos, executados por empresas estrangeiras, da mesma forma em que os produtos são exportados. Apesar de todo desarranjo, a persistência dessas atividades deve-se à capacidade de adaptação, e de resiliência de sua população, como afirmam Filocreão e Marcos (2022):

Nesse sentido, uma economia agroextrativista que se fortalece na região, onde a agricultura de origem indígena da mandioca, milho, arroz e feijão associada à coleta de produtos como a castanha, o açaí, resinas e cipós vêm garantindo a sobrevivência de um contingente populacional significativo e também, a manutenção da floresta em pé nos territórios das reservas criadas (Filocreão; Marcos, 2022, p. 73).

Na esteira protecionista que alcançou o território amazônico, a partir das mudanças de paradigma e de valor da floresta, a FLONA do Amapá (Figura 2) foi criada em 1989, com o propósito de permitir a exploração sustentável de madeira, proteger a biodiversidade e garantir a continuidade das atividades de baixo impacto realizadas nas comunidades tradicionais locais. Com aproximadamente 412.000 hectares, a FLONA faz fronteira com o Parque Montanhas do Tumucumaque, a FLOTA e os municípios de Ferreira Gomes, Pedra Branca, Porto Grande e

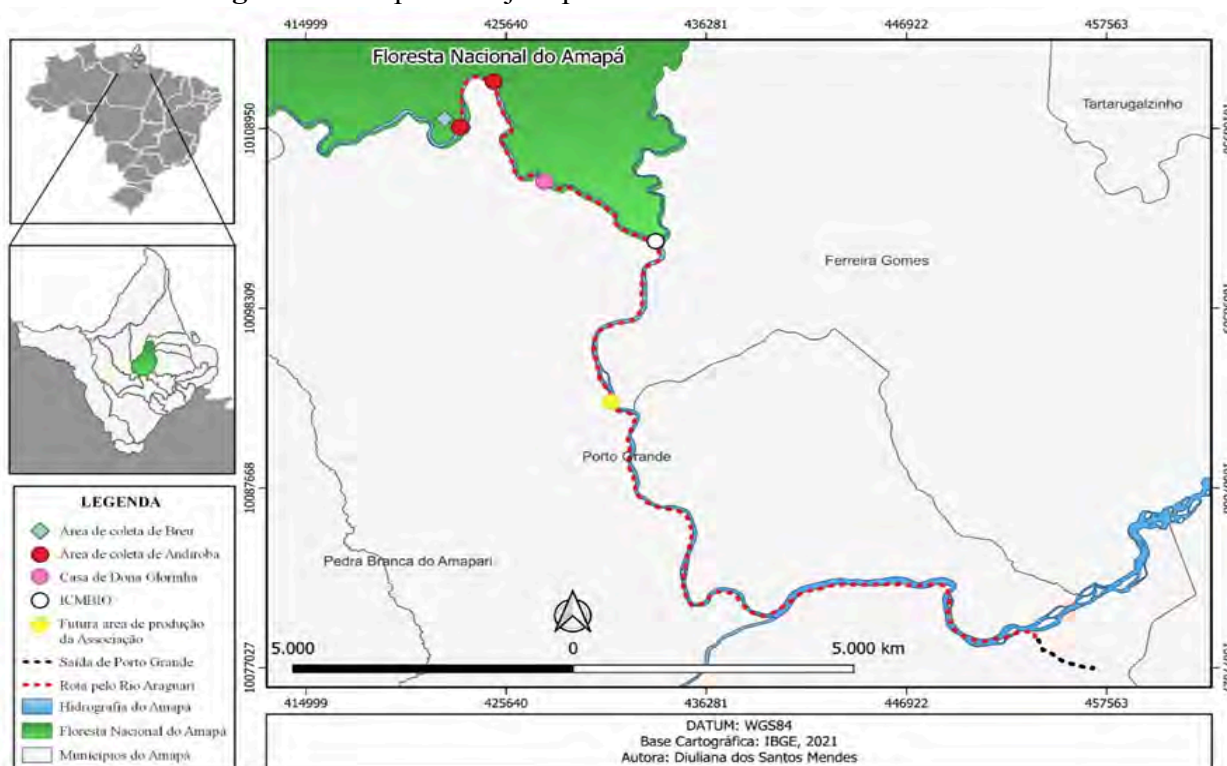
⁵ A Lei nº 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), define a UC como espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Tartarugalzinho. As comunidades tradicionais da FLONA e da FLOTA sobrevivem principalmente de atividades extrativistas como açaí, produtos florestais não madeireiros, óleos de andiroba e pracaxi, além de ecoturismo, artesanato e agricultura, dando continuidade à experiência extrativista indígena da região.

A criação da FLONA, motivada pelo estado de conservação da área na década de 1980, foi alvo de debates. De acordo com Lígia Simonian et al. (2003), um estudo federal recomendou o manejo florestal para áreas com mais de 80m³/ha de volume de madeira, como era o caso. O Projeto RADAM (1976) já havia sugerido a conservação de áreas com solos de baixa fertilidade, característica da FLONA. A região, antes da criação da FLONA, sofreu com a exploração de lontras (*Lutra paranaensis*), onças (*Panthera onca*) e caça ilegal, com relatos de embarcações transportando peles e carne pelo rio para venda na cidade (Simonian et al., 2003). Esses processos destrutivos se intensificaram entre meados do século XX e a década de 1970. A criação da FLONA do Amapá, embora justificada, enfrentou resistência da sociedade local, gerando questionamentos e debates.

O acesso às comunidades do alto e médio Araguari, parte-se do Município de Porto Grande/AP. São cerca de duas horas e meia de voadeira até a associação, no mesmo terreno está a casa do Seu Gabriel e Dona Dora. De lá, são mais de uma hora e meia até a base do ICMBIO, e mais uma hora e meia até a casa da Dona Glorinha. Por fim, são necessárias mais uma hora até os pontos de coleta de Andiroba, partindo da casa de Dona Glorinha.

Figura 2 – Mapa do trajeto para coleta das sementes de andiroba



Fonte: Cardoso e Mendes, 2022, inédito.

A história de ocupação dos territórios que compõem a FLONA do Amapá remonta aos povos originários, predominantemente Wajãpi (Simonian *et al.*, 2003). No período pré-pombalino, políticas voltadas para a construção de fortes, aldeamento e a catequização de

indígenas foram empreendidos na foz do Araguari por holandeses, portugueses e franceses, que apesar da distância da FLONA, influenciaram não-indígenas a adentrarem para o interior da bacia do Rio Araguari, como explica Simonian *et al.*:

No passado, o rio Araguari teve grande importância, no que diz respeito à ocupação indígena (Alcino, 1971, p. 46; Waiãpi, 1983) e às disputas de limites no escudo guianês entre a França e Portugal/Brasil e, conseqüentemente, quanto à política expansionista europeia e o sistema de fortificações na região. Esta condição, aliás, foi reconhecida por muitos, dentre os quais por Marajó [1895] 1992, p. 285). Conseqüentemente, embora indígenas e não-índios venham ocupando essa região desde os tempos coloniais, a área que veio a constituir a FLONA do Amapá em 1989, manteve-se à margem dos processos que levaram à destruição de parte significativa da Amazônia brasileira (Simonian *et al.*, 2003, p. 16).

Ainda de acordo com Simonian *et al.* (2003), as Florestas Nacionais, mais conhecidas como FLONAs, surgiram nos anos de 1940. No Brasil elas compõem a categoria de Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável. Segundo o Decreto no 1.298 de 27 de outubro de 1994, essas florestas são áreas de domínio público, providas de cobertura vegetal predominantemente nativa. A FLONA do Amapá possui apenas seis famílias morando dentro de sua unidade de conservação, totalizando 32 pessoas, sendo três famílias nas margens do Araguari e três famílias nas margens do Falsino (figura 3), em ocupações ribeirinhas, segundo censo do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO, 2016). Assim como os demais ribeirinhos que vivem na Amazônia, essas famílias vivem sem infraestrutura adequada de saneamento básico, energia elétrica e serviços de saúde

Figura 3 – Alto do Rio Araguari e um de seus principais afluentes, o Rio Falsino, à direita



Fonte: Arquivo da autora, 2022.

Após a criação da FLONA do Amapá, de acordo com Ligia Simonian *et al.* (2003), o estado não conseguiu implementar as propostas planejadas para essa UC, em tempo hábil, o qual resultou em pouca mudança concreta no contexto sociocultural local, incluindo o funcionamento

ilegal de um garimpo dentro da área que veio a ser a FLONA, ainda assim, sem o manejo legalizado da floresta para venda da madeira, boa parte da floresta manteve-se preservada.

O garimpo funcionou de forma irregular por quase vinte anos, pois, segundo Simonian *et al* (2003) após a criação da FLONA em 1989, quem continuou a lavra de ouro, foram os funcionários das empresas mineradoras, uma vez indenizados, compraram maquinários, muitos usados das próprias instalações de seus empregadores, e continuaram a mineração no local. Esse processo resultou em significativo impacto ambiental numa área de 6.220 hectares.

Essa experiência reflete-se nas narrativas da comunidade, em uma das viagens de campo, o guia que conduziu o grupo, criou-se na região, nasceu em Porto Grande, mas por força da dinâmica do território, que será abordado mais à frente, cresceu na comunidade do Alto Araguari, onde possui residência e desenvolve seu trabalho como guia turístico. Júnior, também é agente florestal, e colaborou com inúmeros pesquisadores na região no estudo da fauna e flora, pois conhece muito bem a floresta e também trabalha com manejo de açaí, possui um grande domínio de botânica e das espécies locais. Algo importante sobre os caminhos dessa região, é que o Rio Araguari possui muitas formações rochosas que ficam muito aparentes nas secas, às vezes impedindo o trânsito de embarcações e aumentando o tempo de viagem, só os residentes conhecem os caminhos entre as pedras nas épocas de cheias.

As casas da comunidade do Alto Araguari são construídas com madeira, extraída pelos próprios moradores, telhas de fibrocimento, e ficam estabelecidas sob palafitas, por precaução às cheias e sempre seguem os cursos dos Rios, é comum que elas estejam distantes umas das outras ou em pequenos conglomerados, geralmente composto por familiares. A maior parte da comunidade possui residência permanente em Porto Grande. Como nunca contaram com escolas e serviços de saúde suficientes, as famílias tiveram que manter duas habitações para satisfazer suas necessidades. Na figura 4, observa-se a casa da Dona Glorinha, toda em madeira, com banheiro em alvenaria, é uma habitação de porte médio, ela costuma hospedar visitantes com frequência como turistas e pesquisadores.

Figura 4 – Casa da Dona Glorinha, margem direita do Rio Araguari



Fonte: Autora, pesquisa de campo, 2023.

Uma das famílias que mora dentro da FLONA chegou à região do Alto Araguari em meados dos anos 1960, atraída por “boas condições de viver”, como disse sua matriarca, Dona Glorinha (figura 5), mãe de Júnior e Arlete. Ela relata que, quando sua família chegou à região, vinda do interior do Pará, não possuía terras. Após alguns anos de trabalho, conseguiram adquirir um pedaço de terra onde vivem até os dias atuais. No início, dedicaram-se a atividades agrícolas, extração de madeira e “gateio” – termo utilizado para a caça de felinos para comercialização de suas peles, como aponta Fernandes (2014, p. 31).

Dona Glorinha conta que ela e o marido não trabalhavam diretamente no garimpo, mas faziam transporte e vendiam mercadorias para as pessoas que lá trabalhavam. O garimpo, inclusive, desempenhava um papel importante na economia local, servia como zona de comércio para os produtos dos ribeirinhos. Essas atividades foram importantes para o sustento da família e de outros moradores da região. A família de Dona Glorinha é muito atuante na comunidade e constitui uma memória viva deste lugar.

Figuras 5 e 6 – Dona Glorinha



Fonte: Arquivo da autora, 2022.

Dona Glorinha e sua família, acompanharam as mudanças do Alto Araguari, a descoberta do garimpo, o fim das atividades, as medidas preservacionistas que alcançaram o território, imprimindo novas dinâmicas ao lugar. Desta forma, o Amapá que é reconhecido por seu potencial ecológico e proteção ambiental, atualmente precisa lidar com os problemas socioambientais causados pelo paradoxal processo de administração e ocupação de suas terras. Enquanto isso, nas florestas, indígenas, comunidades tradicionais e ribeirinhos, resistem de forma cultural aos imperativos coloniais e buscam formas alternativas de renda para a sobrevivência de suas comunidades.

O termo ribeirinho é usado para se referir às pessoas que moram nas margens dos rios, vivendo geralmente do agroextrativismo familiar, em estreita ligação com a natureza, material e simbolicamente. Essas comunidades têm um vasto conhecimento sobre a fauna e a flora (Neto; Furtado, 2015). Nesse sentido, o povo ribeirinho tem formas próprias de organização e seu modo de vida é influenciado diretamente pela sazonalidade dos níveis das águas e estações chuvosas ou não. Portanto, suas atividades são organizadas pela alta ou baixa da maré e não pelo relógio, ou segundo uma regra estática. Além disso, como nos ensina Krenak (2022, p.17) os rios ensinam,

se formos capazes de aprender “sua linguagem, de corpo de espírito, de movência, e capacidade de mudar o rumo”.

Os rios na Amazônia configuram-se como condição indispensável à sobrevivência das populações locais tanto em sentido biológico como do ponto de vista social, a residência às margens dos rios é evidência disso. Configuram-se como elementares tanto em sentido biológico como do ponto de vista social, ele é estrada, é fonte de comida, marca o território das moradias, e são determinante para formação da cosmologia dos habitantes locais. Que, conforme José Gemaque (2015, p. 4), entende-se por cosmologia “conexões entre atividades, práticas, relações, enfim, a percepção e explicação dos ribeirinhos sobre a vida e a natureza”. Concomitante a este pensamento: “Aqui a gente bebe água direto do Rio, é bom demais”, disse Dona Glorinha à autora em uma de suas viagens de campo. As propriedades ribeirinhas são divididas entre as áreas de roça, coleta e caça. Próximo a casa o mato está sempre bem roçado, isso evita bichos peçonhentos, um pequeno trapiche onde os barcos são amarrados como se observa na casa de Rosenilda, uma *Semente* (figura 7). Os moradores do alto Araguari costumam criar galinhas e patos, poucas hortaliças, sendo o plantio de mandioca o mais expressivo nas roças.

Figura 7 – Casa de Rosenilda



Fonte: Autora, pesquisa de campo, 2023.

O universo da “ribeiridade”, conceito atribuído às docentes do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da PPGSA/UFPa, Lourdes Gonçalves Furtado e Maria Cristina Maneschy, está presente em todas as relações de ser, reproduzir e se relacionar destas comunidades traduzidos em “modo de vida”, caracterizado pelo conjunto de elementos socioculturais, típicos da Amazônia, como salientam Francisco Neto e Lourdes Furtado (2015):

Podemos estabelecer análises do conceito, referindo-o a um modo de vida muito peculiar a um espaço físico bem característico da Região Amazônica, qual seja, o rio e seu entorno. Esse modo de vida pode ser observado no perfil sociocultural daqueles que

habitam próximo aos rios na Amazônia, cujas convivência e articulação com a natureza estabelecem uma maneira de ser, agir e pensar muito íntima a esse meio natural (Neto; Furtado, 2015, p. 159).

Assim, no universo ribeirinho, o Rio é quase uma entidade espiritual e cultural, portanto deve ser respeitado e até temido. Ele indica os caminhos, liga as pessoas, e marca o tempo para ir e vir. Muitos dispositivos ancestrais traduzem-se dessa forma, em um “modo de vida”, muito peculiar, esse termo é muito usado por teóricos da Geografia Cultural, Antropologia, e também na Sociologia, pode resultar em muitos significados, para este trabalho ele se traduz em práticas, ações, conscientes ou não, do universo familiar, social e dos modos de produção da vida material dos sujeitos.

Os rios são essenciais para pensarmos o universo dos amazônidas, bem como é imprescindível pensarmos sobre sua herança ancestral indígena. Nesse sentido, Francisco Neto; Lourdes Furtado (2015), corroboram a tese de Simonian *et al.* (2003), no qual afirmam que as principais atividades socioculturais dos ribeirinhos, seja de reprodução, seja vivência, foram construídos com base em heranças indígenas:

O uso e a confecção de redes, canoas, materiais de caça e coleta [...] técnicas agrícolas de derrubada e queimada da floresta e as principais culturas de alimentos, como mandioca, feijão, milho etc., também são de origem indígena, da mesma forma que a maioria dos nomes da flora, da fauna e da maior parte das localidades deriva dos grupos indígenas que habitavam o local no passado (Neto; Furtado, 2015, p. 159).

Essa interação com a natureza é uma sabedoria milenar, que envolve complexos sistemas de saberes sobre a fauna e a flora onde residem, os quais são fundamentais para a sobrevivência, etnoconhecimentos que norteiam ciências complexas como a medicina, engenharia, astronomia, o manejo de culturas e tantos outros saberes multidisciplinares. Esses conhecimentos são elementares à sociedade, oportunizam novas possibilidades de fazer, viver e pensar, instigando a ciência a novas descobertas e convidando o ser humano moderno a retornar para a natureza.

Nesse sentido, a região tem sido utilizada como moeda de troca por sucessivos governos, sem que o bem-estar das comunidades tradicionais seja garantido (Loureiro, 2002). A desarticulação de territórios e da sociobiodiversidade em prol de interesses econômicos e desenvolvimentistas é uma constante na história da região (Castro, 2022). A comunidade do Alto Araguari, atraída por promessas de desenvolvimento, fixou-se na região na década de 70, no qual dedicava-se às atividades no garimpo, extração de madeira e caça (Fernandes, 2014). Com a transformação na área em unidades de conservação, a comunidade precisou buscar outras alternativas de renda, como pesca, agricultura familiar e produção de biocosméticos.

Como visto, neste capítulo, apresentou-se a abordagem histórica da comunidade do Alto Rio Araguari, localizada entre unidades de conservação estadual e federal no Amapá. Com infraestrutura precária e isolamento geográfico, a distância e o difícil acesso à região influenciaram a dinâmica local e impuseram desafios à pesquisa. O estabelecimento da comunidade, há cerca de cinquenta anos, foi impulsionado pela exploração do garimpo Capivara, o que resultou em transformações significativas no território, fase superada pela construção de cadeias socioprodutivas a partir do extrativismo vegetal.

IV – PROTAGONISMO FEMININO E A ASSOCIAÇÃO DE MULHERES

As Sementes do Araguari unem-se ao longo das margens do rio Araguari para compartilhar não só as tarefas, mas a vida em si. Algumas são parentes, irmãs, tias, netas, outras já são vizinhas de uma geração. As vivências delas têm muito a dizer, em parte denunciam as arbitrariedades sofridas pela inoperância do Estado em seus territórios, por outro lado oferecem um rico conjunto de saberes que podem contribuir para construção de uma nova perspectiva de arranjo socioproductivo no sentido de constituírem comunidades sustentáveis para essa região.

Quando o Garimpo Capivara encerrou suas atividades, a comunidade do Alto Araguari testemunhou uma transformação radical na dinâmica local, com o fim das constantes idas e vindas das voadeiras ao longo do dia. Com a implementação das unidades de conservação e a proibição da caça e extração de madeira, a comunidade viu-se sem fonte de renda. O Governo Federal, por meio do ICMBIO, e o Governo do Estado do Amapá, por meio do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA), iniciaram o fomento às atividades de base comunitária na região, enquanto pesquisadores auxiliaram a comunidade na identificação de produtos potenciais a partir do extrativismo vegetal.

Diante da necessidade de reorganizarem-se, em 2012, a comunidade fundou a Associação dos Agroextrativistas Ribeirinhos do Rio Araguari - Bom Sucesso, foram três anos de mobilização e formação comunitária. A associação conseguiu alguns fomentos por meio de editais, chegou a construir uma sede dentro da FLONA, alguns minutos depois da base do ICMBIO, até o fim do trabalho de campo desta pesquisa, essa sede estava inoperante, adquiriu também maquinários e matérias primas para produção. Aproximadamente quatro anos após sua fundação, alguns conflitos entre os membros da associação resultaram no rompimento entre os associados. Um grupo de mulheres começou a manifestar seu descontentamento em relação à divisão de tarefas e administração de seus recursos. Uma associada em especial destacou-se no processo, segundo me relatou a Telma, “de todas nós, Arlete era a que mais motivava nós a não desistir, a dizer a gente era capaz”.

Arlete compunha o conselho fiscal da Associação Bom Sucesso, em 2016 começou a questionar a destinação dos recursos recebidos, pois segundo ela, estavam destoando do que havia sido firmado com a entidade fomentadora do projeto e isso poderia resultar em problemas para a associação no futuro. Devido às discordâncias, desconfiças e falta de diálogo interno, entre a diretoria da associação, Arlete, com o apoio de um grupo de mulheres, resolveu propor sua candidatura à presidência da associação Bom Sucesso, entretanto, por uma manobra política do presidente e outros associados, elas foram impedidas de participar do pleito eleitoral oficial, segundo relata Arlete. Na época, ela e mais dezessete mulheres decidiram abandonar a Associação Bom Sucesso.

Inconformadas com a exclusão, e sob a influência de Arlete, algumas mulheres se dirigiram até a promotoria de justiça do município de Porto Grande para "denunciar" o presidente da associação. Durante o acolhimento, a promotora de justiça disse a elas que poderia acatar a denúncia, mas o processo seria longo, a promotora encorajou o grupo a seguir adiante, e a começar uma associação, sem depender dos homens. Elas então, decidiram por não ofertar a denúncia naquele momento e prometeram à promotora que iriam pensar. Segundo Arlete, no início o grupo ficou assustado com a proposição:

Não sabíamos se a gente ia dar conta, as meninas falavam, “será que a gente consegue?” eu também tinha medo, mas não tinha muita alternativa, a gente precisava de dinheiro.

As mulheres já estavam acostumadas com aquele dinheirinho. Olha, foi muito difícil no início, a gente ficou sem nada", confessa Arlete, que também lamenta terem de abandonar a Associação e o projeto, pois haviam trabalhado muito para construí-lo. Mas segundo a Arlete, A gente vimo, que era a gente mesmo que fazia a maior parte do serviço, era a gente que ia pra mata coletar, depois era a gente que ia cozinhar (Arlete, em entrevista gravada, grifo nosso, no dia 28 de fevereiro de 2023).

Segundo Arlete, o grupo não retornou à promotória, seguiram em frente com um objetivo em comum, iniciar uma associação só de mulheres. Pelas dificuldades financeiras e de conhecimento, o grupo levou quase dois anos para conseguir a regularização como associação. A formalização dela e a compra dos primeiros insumos para a produção foi viabilizado por uma “vaquinha virtual” construída com auxílio de uma servidora do ICMBIO. A campanha arrecadou quase R\$4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), o suficiente para fortalecer o propósito do grupo sobre a trajetória que estavam iniciando. Logo no início do empreendimento de base comunitária, as Sementes do Araguari tiveram que lidar com a pandemia da Covid-19, e por isso algumas atividades ao longo de 2020, 2021 e 2022 ficaram prejudicadas.

Nesse ínterim, O IEPÉ passou a acompanhar e apoiar a associação de mulheres extrativista com assessoria técnica, jurídica, além da captação de recursos que oportunizaram a construção da sede, compra de matérias-primas, aquisição de um barco, formação para as mulheres, viagens de intercâmbio para aprendizagem em outras comunidades. Em 2021 o EMBRAPA Amapá também passou a assessorá-las por meio da pactuação de um projeto de fomento a organizações de base comunitária, relata a pesquisadora Ana Cláudia Lira Guedes, servidora pública da EMBRAPA, atua em comunidades tradicionais na Amazônia desde 2012, durante uma conversa informal em 2024.

Com muito esforço e assessoria técnica do IEPÉ e ICMBIO, a associação começou a funcionar em 2019, e em 2020 conseguiu aprovar um projeto de fomento de aproximadamente R\$600.000,00 (seiscentos mil reais), valor utilizado para construção de sua sede (figura 8), para compra de equipamentos, voadeira, motores e maquinários para coleta e beneficiamento dos produtos. Segundo Célia Costa (2023), atualmente a associação conta com o apoio do Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO) conseguido com o apoio do IEPÉ.

Figura 8 – Sede da associação das Mulheres Extrativistas Ribeirinhas do Araguari – Sementes do Araguari



Fonte: Autora, pesquisa de campo, 2023.

A fotografia foi registrada em julho de 2023, o prédio ainda estava em construção, mas já estava sendo utilizado. Em 2024, através de mutirões envolvendo as associadas, a equipe fez todo o contra piso da área da frontal, em algumas partes do piso o desnível com o terreno passava de 1.20m, as mulheres precisaram de dois dias de serviço, “foi preciso muitos baldes de terra pra nós conseguir, a gente é tudo assim, quando precisa se junta e faz, sem precisar de ninguém”, relata Nalva, em conversa informal durante a assembleia de eleição da nova diretoria diretiva da associação em novembro de 2023. Na mesma roda de conversa estava Rosenilda, e relata, em seguida a fala de Nalva, “toda essa associação foi assim, a gente se unindo, ajudando”.

No lado direito da figura 8, observa-se um equipamento, o secador solar, que está ajudando a melhorar o processo de extração de óleo das sementes de andiroba e pracaxi. Foi implantada em parceria com a EMBRAPA e IEPÉ em 2023. O secador solar funciona utilizando a energia do sol para remover a umidade das sementes, o calor incide sobre uma superfície escura, que absorve o calor e o transfere para o ar dentro do secador, "esse ar quente circula nas sementes e evapora a água dentro delas", explica a Rosenilda.

A associação conta com infraestrutura que inclui internet, abastecimento de água, banheiros com fossa séptica biodigestora (implantados com auxílio da EMBRAPA), cozinha e um amplo espaço de produção, no qual ainda se encontra em fase de implementação de equipamentos. Além disso, dispõe de áreas de dormitório com redes e um berço para as crianças, que frequentemente participam dos grupos de trabalho. As redes de dormir, especialmente as tradicionais da Amazônia, vão além de simples objetos de descanso. Elas representam um estilo de vida, uma herança cultural e um símbolo de conforto, mobilidade e adaptabilidade.

Não há uma divisão rígida de tarefas, mas nota-se que os mais jovens desenvolvem as atividades ligadas à construção das embalagens, administração das redes sociais e à venda, enquanto as mais velhas estão na coleta, e no processo de cozimento, atividades mais artesanais. Há homens que também trabalham na associação. Todos possuem algum grau de parentesco com as mulheres, eles ajudam principalmente na pilotagem, na coleta, abertura da mata, na extração da copaíba e no suporte às atividades braçais, como no cozimento dos frutos.

É possível notar que a associação tem dificuldade de promover a gestão financeira e gerencial, por exemplo na fundação da associação acordou-se que cada associado contribui com dez reais mensais para custeios da organização, entretanto, na assembleia para eleição da nova diretoria, a maioria estava inadimplente, e não se tinha um controle preciso sobre isto. Não havia também um controle sobre a realização das assembleias. A maioria dos associados não sabem operar um computador, os controles de produção e registros são feitos em cadernos a mão.

Muitas dessas mulheres enfrentam desafios significativos, incluindo a falta de conclusão do ensino básico e a vivência de violências de gênero em seus lares. A ausência de apoio dos parceiros para a criação dos filhos é uma realidade frequente, resultando em sobrecarga para as mulheres obrigadas a lidarem com múltiplas responsabilidades. Nos grupos de trabalho da associação, é comum observar a presença de grande número de crianças, evidenciando a dificuldade das mães com a sobrecarga de tarefas e falta de suporte. Nas narrativas femininas, é recorrente a percepção de que são elas que assumem a maior parte das tarefas, enquanto os homens contribuem menos ou de forma insuficiente. Essa disparidade de gênero perpetua desigualdades e limita o pleno desenvolvimento e empoderamento das mulheres.

Durante a eleição da nova diretoria, em novembro de 2023, foi possível notar outra dificuldade posta para associação: a dificuldade de mobilização dos membros e a falta de lideranças capazes de protagonizar espaços de decisão e poder. Esse panorama é bem complexo e evidencia muitas nuances. As mulheres têm dificuldade de se expressar, envergonhadas, quase sempre transferem a sua oportunidade de voz, a outra menos desinibida, assim um grupo de líderes começa a se formar e essas mulheres acabam se repetindo em algumas atividades. Telma, Arlete, Erica, Rosenilda, Nalva e Dona Glorinha fazem parte deste grupo. Na assembleia de eleição da nova diretoria apenas 37 associados se fizeram presentes, os custos de deslocamento são um grande empecilho.

Nessa assembleia Arlete foi reeleita presidente da associação. Sobre isso, ao ser questionada do porquê ser ela e não outra pessoa, ela relata:

Muita mulher ainda, como é..., só aprendeu a assinar seu nome, algumas têm muito medo de fazer as coisas sozinha. Uma vez o ICMBIO queria levar a Dona Dora e a mamãe (Dona Glorinha) pra aprender sobre artesanato, elas não queriam ir, só foram depois deu garantir que ia, Dona Dora disse que nunca tinha andado de avião, olha essa oportunidade, elas iam perder, hoje a Dona Dora faz aquele artesanato bonito ([figura 9](#)), ela aprendeu de lá, a tirar tinta da hortelã, do urucum (Arlete, em entrevista gravada, no dia 28 de fevereiro de 2023, grifo nosso).

É possível perceber o processo de formação da liderança de Arlete através dos desencadeamentos históricos da formação das associações, em suas narrativas é possível observar algumas peculiaridades que reforçam a tese de como os marcadores de gênero se colocam como obstáculo à independência e empoderamento das mulheres. Os filhos da Arlete já são adultos, alguns trabalham na associação, muitos familiares dela, como sua mãe (Dona Glorinha) e o irmão (Júnior, o guia), também trabalham na associação e todos dão muito suporte a ela, para que ela possa ter tempo para dedicar-se à associação.

Figura 9 – Artesanatos e cestarias feitos por Dona Dora



Fonte: Autora, pesquisa de campo, 2024.

Em suas narrativas, Arlete conta:

O meu desejo é de ficar lá, numa rede, eu falo pra mamãe, tomando banho naquele Rio, tomando água direto dele, como nós toma, sem nada pra me preocupar. Mas a gente sabe que não é só isso, é preciso de algum recurso pra garantir um exame, alguma coisa que a gente precisa do dinheiro pra comprar. Comida nós tem, mas não é só isso, né mana?!, então a gente luta, faz o que é possível, eu vou lá, falo com quem for preciso, foi muita luta pra gente chegar até aqui, e muitos parceiros, nós somos muito gratas aos nossos parceiros (Arlete, em entrevista gravada, ao lado da Fortaleza de São José de Macapá, no dia 28 de fevereiro de 2023).

Essa mulher, que nasceu no mesmo ano do Garimpo Capivara, aos 37 anos e com cinco filhos para criar, precisou se reinventar quando o garimpo encerrou totalmente suas atividades no ano de 1989. Ela conta que nasceu em Porto Grande, dos irmãos, apenas a sua irmã mais velha nasceu nas margens do Rio, pois só na cidade havia mais recursos de saúde e era comum crianças morrerem naquela época. Este município também é ladeado pelo Rio Araguari, e é a região urbana mais próxima da comunidade, são aproximadamente duas horas e meia de voadeira. Arlete conta que sua família chegou à Região do Araguari por volta dos anos de 1960, próximo da descoberta do Garimpo Capivara.

Logo cedo, por volta dos quatorze anos, ela começou a ajudar seu pai nas vendas de produtos diversos dentro do garimpo. Segundo ela, o pai começou a vender para o Garimpo por volta de 1972. Quando Arlete tinha vinte e poucos anos, juntou capital suficiente e abriu sua própria “cantina” – pequeno empreendimento para comercialização de produtos de gênero alimentício, higiene, limpeza entre outros. Com sua cantina, dentro da área do garimpo, Arlete conseguiu custear a educação de seus filhos, suas filhas mais velhas são técnicas em enfermagem. Arlete estudou até a oitava série do ensino fundamental, e relata que sua mãe teve que abandonar

a comunidade ribeirinha por um tempo, e ir morar em Porto Grande, na cidade, para que ela e os irmãos pudessem receber ensino regular, pois até hoje, não há nenhuma escola na comunidade.

No contexto do garimpo aconteceram várias vivências de Arlete, a criação de seus cinco filhos e o desenvolvimento de algumas habilidades empreendedoras, e a chefia do lar. Foram mais de vinte anos trabalhando diretamente no garimpo, até seu fechamento. Ela compartilha, que nunca imaginou que poderia criar tanta riqueza com a floresta em pé, hoje, conforme Arlete⁶: *depois deu conhecer muita coisa, mudei, tenho outra opinião, tem gente que me encontra e fala, (risos) Arlete como você mudou*. Questionada ou admirada por sua capacidade inventiva ou de adaptação, Arlete parece se ater ao ponto positivo de poder reconhecer, aprender e mudar ao longo dos anos. Hoje, ela fala com muito orgulho e segurança,

Sou representante da associação de mulheres extrativista, Sementes de Araguari, onde trabalhamos com produtos da sociobiodiversidade como óleo de andiroba, copaíba, resina de breu branco, a gente coleta os produtos direto floresta e transforma eles em biocosméticos (Arlete, em entrevista gravada, ao lado da Fortaleza de São José de Macapá, no dia 28 de fevereiro de 2023).

Arlete tem cabelos curtos, pele queimada de sol, demonstra grande capacidade de negociação e articulação política, além de muita determinação e coragem. Ela já viajou para alguns estados do Brasil para capacitações e com frequência é requisitada por instituições e pesquisadores, curiosos pelo universo que tem se configurado em torno dela e da associação. Pelo palavreado e domínio de alguns assuntos, Arlete demonstra ter abraçado, a missão e o processo de aprendizagem que as novas atividades produtivas demandaram. Ela está em constante articulação com diversas instituições em Porto Grande e Macapá, capital do estado, onde também mantém relações comerciais para venda dos produtos da associação semanalmente.

Ainda que as interações e trocas de conhecimento e tecnologias sejam constantes com agentes externos, muito da dinâmica do grupo ainda reflete práticas de sua ribeirinidade e na luta pela preservação cultural da comunidade e fixação no território. O grupo vai se reunindo ao longo do Rio, conforme a voadeira vai passando, de casa em casa, seja qual for a tarefa, o ritmo é sempre assim, quase que orgânico. Conforme já mencionado por Arlete, não existe uma divisão rigorosa de tarefas, elas geralmente se organizam e se distribuem conforme a demanda, e as especificidades de cada uma, *às vezes uma está de bebê pequeno, é mais difícil, ninguém é obrigado, a gente vai se apoiando, quando precisa a gente se ajuda, as vezes uma precisa de um gás, a gente vai lá e compra*.

Outra característica importante, o trabalho é todo sazonal, ou seja, no tempo da natureza, tem a hora certa de todos os elementos, a fava, a andiroba, o pracaxi. Não há estoque grande de matérias primas, ou um cálculo exato, nesse sentido, Arlete conta: *pode ser que dê muito, vai depender da chuva*, como podemos observar na Figura 10, em que Arlete coleta andiroba. É comum que os grupos se organizem em torno de laços familiares ou não (Figura 11).

Figuras 10 e 11 – Arlete no processo de coleta de sementes de andiroba e Dona Glorinha, sua nora e sua neta, Ariela durante a coleta da semente de andiroba

⁶ Durante entrevista realizada em fevereiro de 2023



Fonte: arquivo da autora, 2022.

Neste capítulo, foi realizado um mergulho na história da Associação de Mulheres Extrativistas Sementes do Araguari. O Objetivo era compreender o funcionamento e a trajetória da associação, desde sua formação até os dias atuais, destacando o papel da liderança feminina, especialmente de Arlete, presidente da associação, na superação dos desafios após o fim do garimpo na região.

A narrativa começou com a história da associação, em seguida foi abordado sobre a organização das mulheres da associação, unidas na coleta de recursos da floresta para produzir biocosméticos, respeitando o ciclo da natureza. Em seguida, retratada a história de Arlete, que, desde jovem, precisou se reinventar diante das dificuldades encontradas. Após o encerramento do garimpo via na preservação da floresta uma nova fonte de renda e empoderamento para si e para as mulheres da comunidade. A trajetória da associação foi marcada por desafios, como a exclusão do grupo da Associação Bom Sucesso, mas também por conquistas, como a construção de sua própria sede e o desenvolvimento de projetos com fomento externo.

V – ANCESTRALIDADE E A SOCIOBIODIVERSIDADE

Os dias e todo o trabalho na comunidade são comandados pela natureza, às 5h e 30min você começa a ouvir os barulhos das pessoas acordando na casa, junto com o raiar das primeiras luzes do sol, a falta de energia elétrica obriga a todos a aproveitarem ao máximo possível da luz do sol. No lado de fora a chuva comunica, apesar da hora planejada, deverá ser respeitado o tempo da natureza. As mulheres vão se unindo ao longo do rio, a voadeira (figura 12) da associação vai de casa em casa, ainda cedo do dia, logo depois que a chuva amenizou.

Figura 12 – Voadeira da Associação



Fonte: arquivo da autora, 2022.

O tempo e a natureza têm conotações diferentes no espaço ribeirinho. A eles são associados atributos humanos como personalidade e temperamento, além de uma orientação cronológica ligada aos ciclos da natureza, ao invés do relógio: “*Que horas a gente sai? Quando a chuva parar*”, se ouve entre as integrantes da associação. Há diversas histórias envolvendo caças em dias santos, traições e assombrações que buscam vingança entre as histórias que se contam antes de dormirmos.

As comunidades tradicionais e remanescentes da Amazônia são dotadas de conhecimentos orais que envolvem complexos sistemas de saberes sobre a fauna e a flora de onde residem, e estão ligados a questões fundamentais para sua sobrevivência, além de estarem incorporados nas suas memórias. Conhecimentos que norteiam a medicina, engenharia, astronomia, agroecologia e

tantas outras ciências e saberes interdisciplinares, muitos ainda não mapeados ou reconhecidos, vítimas do paradigma que separa a ciência do saber popular/tradicional.

Essas comunidades assumem um papel de grande relevância para a preservação do meio ambiente, para prática do desenvolvimento sustentável e na geração de renda para a região. Entretanto, elas têm enfrentado problemas que têm influenciado diretamente na qualidade de vida, nos elementos identitários que se traduzem em produtos da sua sociobiodiversidade, resultando em tendências de migração para os conglomerados urbanos. Nessa perspectiva, Loureiro (2002) afirma que:

Ao longo de quatro séculos (1) perdeu-se, gradativa mas persistentemente, a identidade original do homem e os referenciais da vida anterior, face aos sucessivos e constantes choques culturais. Hoje, o homem da Amazônia procura reconstruir, sem cessar, uma nova identidade e uma nova forma de vida que lhe possibilitem harmonizar uma nova cultura com a conservação da natureza, os benefícios e o usufruto do progresso técnico e científico do mundo moderno (Loureiro, 2002, p. 109).

Nesse processo de reconstrução e resistência os Amazônidas têm produzido produtos que narram a sua história e guardam segredos de cura da floresta aprendidos em anos de vivências, são os produtos da sociobiodiversidade, e se refere à materialidade da diversidade biológica e cultural da região ou comunidade. Este conceito reconhece a interação simbiótica entre os seres humanos e o meio ambiente e destaca a importância da diversidade não apenas de espécies e ecossistemas, mas também das culturas, tradições e saberes (Brasil, 2009).

5.1 Saberes Ancestrais e os produtos da sociobiodiversidade no Alto Araguari

A Epistemologia da Ancestralidade é um campo de estudo dedicado a valorizar a diversidade de conhecimentos e promove uma abordagem mais inclusiva dos saberes a partir da “produção de signos e significados concernentes ao jogo de sedução que a cultura é capaz de promover” (Oliveira, 2009, p. 1). Este campo valoriza as tradições, histórias e experiências de múltiplas culturas, buscando resgatar e reconhecer a importância dos seus conhecimentos ancestrais na construção de relações e significados, frequentemente marginalizados ou desconsiderados na episteme dominante.

Essa categoria analítica permite-nos ver que a ancestralidade vai além da genealogia ou da herança biológica, englobando também os saberes transmitidos ao longo das gerações, as práticas culturais, as formas de organização social e as visões de mundo que criam referências que orientam as escolhas dos sujeitos. Segundo Oliveira (2009) a cultura é a ação dos sujeitos, que por sua vez foi articulada no plano dos conceitos e significados dos sujeitos em seus territórios. Dessa forma podemos perceber a riqueza e o dever político do reconhecimento e registro da história e dos saberes das comunidades remanescentes na Amazônia, como é o caso das Sementes do Araguari, como salienta Edna Castro (2019):

Identificam ainda as lutas emancipatórias, que certamente enriqueceram a revisão paradigmática, impondo um outro olhar sobre a história de sujeitos negados no protagonismo social e invisibilizados. Mas, apesar da adversidade, suas lutas de resistência contribuem ainda para definir novos marcos conceituais do projeto de sociedade (Castro, 2019, p. 10).

Esses saberes trazem luz à ciência e à sociedade, uma vez que anunciam novas possibilidades de fazer, viver e pensar, instigando a ciência a novas descobertas e convidando o

ser humano moderno a equilibrar sua forma de vida social com o ecossistema natural que permite a vida na terra, principalmente devido à crise climática. Segundo Diegues (1999, p. 37), “entre os enfoques que mais têm contribuído para se estudar o conhecimento das populações ‘tradicionais’ está a etnociência que parte da linguística para estudar o conhecimento das populações humanas sobre os processos naturais”.

A etnociência tem contribuído para o estudo do conhecimento das populações tradicionais, fornecendo sistemáticas de análise, em que o saber fazer é um conjunto inestimável de conhecimentos a serem transmitidos em favor da perpetuação de determinada cultura. Por meio de uma abordagem antropológica, a etnociência tem diminuído a distância entre ciência tradicional e o conhecimento popular (Silva; Fraxe, 2013). Assim, a etnociência torna-se o paradigma capaz de analisar a relação do ser humano com a natureza. Nesse sentido, Mariane Santos, Helenilza Albuquerque e Ana Lira-Guedes (2014), afirmam que:

Estímulos externos de valorização desses conhecimentos tradicionais, apreensão de novas tecnologias, construção de uma identidade de uso e apropriação de espaços intermediados por processos educativos críticos, que promovam identidade, transformação e autonomia das comunidades podem reelaborar os conhecimentos adquiridos por gerações e o contato com o ambiente (Santos *et al.*, 2014, p. 106).

Deste modo, é possível inferir, em um espaço marcado por violências e desarranjos, a valorização dos conhecimentos tradicionais/locais, junto com outras tecnologias, são cruciais para fortalecer uma identidade que possibilite a apropriação e o pertencimento do território. Esse processo, mediado por uma educação crítica, promove a transformação e a autonomia das comunidades, revitalizando saberes acumulados e melhorando sua interação com o ambiente. É muito comum na Amazônia a utilização de remédios naturais para todos os tipos de doenças, incluindo as emocionais. Óleos, banhos, defumações, rezas, formulações com folhagens, chás, ainda que você more nos centros urbanos esses remédios fazem parte das vivências da maioria da população e isso se deve a sua herança originária.

As Sementes do Araguari trabalham com os óleos de andiroba, pracaxi e copaíba, e ainda com a resina do breu branco, com sementes de fava - também conhecida como semente de cumaru -, utilizam ainda fibra de buriti para confecção de suas embalagens, entre outros. A partir dessas matérias são produzidos óleos, sabonetes líquidos e em barras, unguentos, e com os rejeitos das sementes de andiroba, velas. A base dos sabonetes são glicerina e lauril.

O óleo de andiroba é a base para produtos como unguento, sabonetes e óleos in natura. Segundo a Dona Glorinha, o melhor mês para coleta da andiroba é entre abril e junho. Os princípios ativos presentes no óleo são eficazes como antissépticas, cicatrizantes, anti-inflamatório, antimicrobiano e antialérgico (Embrapa, 2020). Conforme Dona Glorinha e, é *"um verdadeiro milagre, serve pra tudo, pra curar garganta, pra curar ferida, picada de inseto"*.

O óleo de copaíba, é o mais difícil de achar, Dona Glorinha disse que eles ainda estão aprendendo a fazer a extração, essa em especial, requer, com frequência, o intermédio de um homem, pois a extração é feita através da perfuração do tronco da árvore até o seu “veio” e isto denota muita força física, sendo feita por um grupo muito pequeno de pessoas, pois a árvore é melindrosa e pode espantar o óleo do “veio”, de acordo com Dona Glorinha.

A resina do breu-branco é coletada do tronco das árvores de breu-branco, principalmente no inverno de Janeiro a Julho, “o tronco do breu-branco é bem avermelhado, a gente corta a resina com uma faca”, relata Arlete. A resina é limpa e posta para secar por uns dez dias, é

triturada, sua essência extraída, e o rejeito utilizado como esfoliante em sabonetes, Arlete diz que é bom para acne pois é anti inflamatório. A resina também é utilizada em defumações.

A fava é uma semente pequena e escura, também coletada direto do chão ou da água. Depois, elas são selecionadas, postas para secar por dez ou quinze dias para facilitar o processo de quebra da semente, utiliza-se o interior da semente para ser extraída a essência, segundo Dona Glorinha é muito bom para micoses e caspas. Dona Glorinha conta que seu pai raspava o interior da semente e passava direto no local de tratamento.

A coragem dessas mulheres no desenvolvimento das atividades extrativistas é admirável, a fibra e a confiança que elas inspiram quase camuflam os perigos cotidianos de uma floresta com as da FLONA e da FLOTA, animais peçonhento, perderem-se na mata, são muitos perigos, e já ocorreram muitos acidentes, Arlete já foi picada por uma cobra, por exemplo, há muitos outros relatos no grupo. Durante a coleta das sementes de andiroba em 2022, encontramos pelo menos quatro cobras comboias (Figura 13).

Figura 13 – Jararaca-do-norte, comboia (*Bothrops atrox*)



Fonte: arquivo da autora, 2022.

Os desafios das atividades extrativistas são diversos e exigem dessas mulheres coragem e a sabedoria da floresta para se proteger de perigos. Todo esse trabalho é muito artesanal, essas mulheres eram acostumadas a adentrarem na mata sem equipamentos de proteção, apenas pedindo licença à mata, contando com a fé. A proximidade com a floresta cria muitos laços de reciprocidade entre os ribeirinhos e a mata. Dona Glorinha diz que só entra na mata depois de pedir proteção de Deus. Por meio dos parceiros, as Sementes passaram a ter acesso a equipamentos básicos de segurança, como botas, luvas e capacetes, itens que diminuem acidentes com animais peçonhentos, veja na figura 15.

Em julho de 2022, foi possível acompanhar as mulheres durante a coleta das sementes de andiroba. As mulheres, cada uma com um cesto de fibras trançadas artesanalmente, chamado “paneiro” (figura 14), (sobe o Rio Araguari de voadeira até determinada altura, não muito longe da casa de Rosenilda, integrante da associação e última passageira a embarcar na voadeira a caminho da coleta. A área já é conhecida pelo grupo, algumas árvores estão identificadas, técnica que elas aprenderam com cursos e orientações do ICMBIO do Amapá e da EMBRAPA do

Amapá. Após aproximadamente duas horas de coleta, cada paneiro armazenou de sete a dez quilos de sementes de andiroba.

Figura 14 e 15 – O paneiro e a coleta das sementes



Fonte: Arquivo da autora, 2022.

Os frutos são levados para um barracão às margens do Rio Araguari, ao lado da casa da Dona Glorinha, onde as sementes são lavadas com a água do rio e postas para cozinhar, em uma fogueira em um panelão de 60 litros, aproximadamente (figura 15). Após cozidas, são selecionadas e postas para secar por cerca de 50 dias em sacos pendurados, conforme figura 16.

Figura 16 – Panelão com sementes de andiroba em cozimento



Fonte: arquivo da autora, 2022.

As sementes foram postas para secar (figura 17), após o processo de cozimento, foram mais de 150 quilos de sementes coletadas. Elas foram colhidas no andirobal, local onde se concentram as andirobeiras, a uma distância de 1 hora e 30 minutos de voadeira, partindo da casa de Dona Glorinha. O local da coleta é uma região que fica alagada boa parte do ano. Depois de cozidas são descascadas para se extrair do interior da semente, uma massa cinzenta. Algumas bolas são feitas e postas em uma superfície íngreme, dela escorre o óleo.

Figura 17 – Sementes de andiroba em processo de secagem



Fonte: Arquivo da autora, 2022.

Após a instalação da casa de secagem, equipada com a secadora solar, o processo de preparação das sementes de andiroba tornou-se mais eficiente. Agora, as sementes não precisam mais ser cozidas; em vez disso, elas são cuidadosamente selecionadas para evitar as danificadas, lavadas e dispostas para a secagem. Após concluído esse processo, as sementes são prensadas utilizando uma prensa artesanal (figura 18). Este método foi aprendido em 2023, durante uma oficina com a EMBRAPA feita em parceria com ICMBIO e IEPA a atividade era parte de um projeto financiado pelo Fundo Amapá através do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) (IEPÉ, 2022).

No processo de preparo dos sabonetes, as mulheres iniciam separando os ingredientes, que são medidos com a ajuda de formas e uma balança. Elas cortam a glicerina, que é derretida em banho-maria — essa matéria-prima é adquirida pela associação, frequentemente com o apoio do IEPÉ e projetos de fomentos.

Figuras 18 e 19 – Prensa artesanal



Fonte: Paulo Cardoso (IEPÉ, 2022).

Em seguida, as mulheres misturam os ingredientes manualmente e despejam a mistura em formas de silicone, onde os sabonetes permanecem até esfriarem. Após esse processo, os sabonetes são cuidadosamente desinformados e colocados em embalagens de papel. Cada embalagem é etiquetada com uma marca criada em colaboração com o IEPÉ e, para finalizar, são amarrados com cordas feitas de fibra de buriti (figura 18 e 19).

Figuras 20 – Sabonete de copaíba embalado



Fonte: arquivo da autora, 2022.

O turismo de base comunitária tem se tornado uma atividade econômica relevante para a comunidade, destacando-se pela interação direta entre visitantes e a cultura local. Esse modelo inclui a venda de comidas típicas, hospedagem em residências da comunidade e serviços prestados por moradores. Dona Glorinha e Dona Dora são anfitriãs que oferecem uma estrutura de hospedagem que reflete o estilo de vida ribeirinho, permitindo que os turistas vivam a rotina local e suas tradições.

Na propriedade de Dona Glorinha, os visitantes têm acesso a uma bela queda d'água e uma trilha que revela a flora e fauna da região, promovendo um contato mais próximo com a natureza. Esse turismo gera renda significativa para as famílias, fortalece os laços comunitários e incentiva a preservação ambiental. Ao escolher essas experiências, os turistas ajudam a valorizar os recursos naturais e culturais, assegurando que as tradições das comunidades ribeirinhas sejam mantidas para as futuras gerações. Assim, o turismo de base comunitária se apresenta como uma alternativa econômica viável e uma ferramenta essencial para a preservação cultural e ambiental, como observou-se.

As Sementes do Araguaí estão passando por um intenso processo de transformação, no qual aprimoram constantemente seus métodos de produção e diversificam sua gama de produtos. Estabelecendo numerosas parcerias, elas buscam fortalecer sua identidade e perpetuar os conhecimentos tradicionais e ancestrais que são fundamentais para seu trabalho. Em menos de quinze anos, essa trajetória é marcada por inúmeras conquistas. Com coragem, resiliência e determinação, as integrantes da Sementes do Araguaí têm superado desafios e contribuído significativamente para a consolidação de cadeias produtivas que abrangem tanto o extrativismo vegetal quanto o turismo na região do Alto Araguaí. As ações coletivas dessas mulheres vão além dos limites da associação e de suas famílias, gerando impactos positivos e promovendo melhorias substanciais para toda a comunidade local e do entorno.

Esse conjunto de ações são agenciamentos. Na sociologia e na antropologia, o conceito de agência refere-se à capacidade dos indivíduos de agir de forma intencional e consciente, influenciando e transformando as estruturas sociais em que estão inseridos. A agência é vista como a capacidade dos sujeitos sociais de fazer escolhas e tomar decisões que moldam suas vidas e o mundo ao seu redor.

Giddens (2003) argumenta que a agência e a estrutura são interdependentes, ou seja, as ações individuais contribuem para a reprodução ou transformação das estruturas sociais, e, ao mesmo tempo, as estruturas sociais influenciam as ações individuais. Nesse sentido, a dualidade da estrutura, destaca a característica fundamental de que a estrutura é tanto estruturada quanto estruturante. Isso significa que, ao influenciar os agentes, a estrutura também oferece os meios pelos quais eles podem modificá-la. Portanto, a agência refere-se à capacidade dos indivíduos de agir de forma ativa e consciente, dentro de um contexto social e cultural específico, influenciando e sendo influenciados.

Entre os principais autores que discutem a agência, destacam-se Pierre Bourdieu (1996), Sherry Ortner (2011) e Anthony Giddens (2003), cada um contribui com perspectivas únicas sobre a relação entre estrutura e ação. Pierre Bourdieu é um dos autores mais influentes na discussão sobre agência, especialmente através de seu conceito de “habitus”. Conforme Bourdieu (1996), o habitus é um sistema de disposições que orienta as práticas dos indivíduos, que permite que eles atuem de maneira criativa dentro de estruturas sociais. Embora o habitus seja moldado por condições sociais, ele também permite uma forma de agência, pois os indivíduos não são meramente produtos de suas circunstâncias, mas sim agentes que interpretam e respondem a essas condições de maneiras diversas. Essa dialética entre estrutura e agência é fundamental para entender como os indivíduos navegam em suas realidades sociais.

Sherry Ortner, por sua vez, é uma figura central na teoria da prática, que busca reconciliar a agência com a estrutura. Ortner (2007) argumenta que a agência deve ser vista em um contexto de “jogos sérios”, onde os indivíduos, como sujeitos culturais, buscam cumprir metas e projetos significativos. Sua abordagem enfatiza que a ação não é apenas uma resposta a estruturas sociais, mas também uma expressão de intenções e significados culturais. Ortner (2007) destaca a

importância de considerar a subjetividade e a complexidade dos atores, reconhecendo que a agência é influenciada por fatores como gênero, identidade e emoção.

Anthony Giddens, embora não seja exclusivamente um antropólogo, teve um impacto significativo na antropologia contemporânea com sua teoria da estruturação. Giddens (2003) propõe que a estrutura social é tanto um constrangimento quanto um recurso para a ação, enfatizando que a agência é uma parte intrínseca da vida social. Ele argumenta que os indivíduos possuem a capacidade de agir de forma reflexiva, pois utilizam recursos disponíveis para moldar suas ações e interações. Essa perspectiva permite uma compreensão mais dinâmica da relação entre estrutura e agência, onde os indivíduos são vistos como agentes ativos que influenciam e são influenciados por suas circunstâncias.

A perspectiva de Clifford Geertz (1978) sobre agência é marcada por uma abordagem interpretativa que enfatiza a complexidade da ação humana dentro de contextos culturais, por meio de uma abordagem interpretativa. Ele argumenta que a cultura é uma questão simbólica e que os indivíduos não são apenas agentes racionais, mas também leitores ativos dos códigos culturais que os cercam. Em “A interpretação das culturas”, Geertz (1978) se distancia de visões que atribuem uma racionalidade universal a todos os atos, reconhecendo que as motivações dos indivíduos podem ser diversas e não se limitam a interesses egoístas ou meramente racionais.

Influenciado por pensadores como Alfred Schutz e Paul Ricoeur, Geertz (1978) desenvolveu uma hermenêutica antropológica que separa o social do cultural, atribuindo à cultura uma dimensão simbólica que molda a visão de mundo dos indivíduos. Ele se interessa mais em como os símbolos influenciam a prática e a percepção do mundo do que por aspectos puramente cognitivos. Assim, a perspectiva de Clifford Geertz sobre agência destaca a importância da cultura e da interpretação na ação humana, propondo que a compreensão da agência deve ser contextualizada dentro de um sistema de significados que molda as experiências e as práticas dos indivíduos.

Essa abordagem oferece uma visão mais rica e complexa da ação humana, que vai além da mera racionalidade, incorporando a diversidade de significados e experiências que caracterizam a vida social. Dessa forma, a agência para Geertz (Eriksen e Nielsen, 2019), é entendida como uma ação que ocorre dentro de um contexto cultural rico e complexo, onde os indivíduos interpretam e negociam significados, ao invés de serem vistos como meros executores de ações racionais (Ortner, 2011).

Neste capítulo, foi examinada a ligação entre a ancestralidade e os produtos da sociobiodiversidade. Através da coleta e beneficiamento da andiroba, breu-branco e das sementes de fava, foi observado como os saberes tradicionais se entrelaçam com a biodiversidade local, fundamentando a produção de biocosméticos pelas mulheres da Associação Sementes do Araguari. A coleta da andiroba, orientada pelo conhecimento ancestral dos ciclos naturais, destaca a conexão das mulheres com a floresta. A produção de biocosméticos exemplifica a sociobiodiversidade, refletindo a interação entre saberes tradicionais e recursos naturais. Essa atividade não só gera renda, mas também fortalece a identidade cultural e empodera as mulheres, representadas pela liderança de Arlete.

VI – POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E EMPODERAMENTO

As experiências das sementes do Araguari nos ensinam muito e, ao mesmo tempo, refletem um legado ingrato que os habitantes da Amazônia enfrentam na luta pela preservação de seus territórios, na garantia do exercício de sua cidadania e no fortalecimento de suas cadeias produtivas. As mulheres vivenciam esse processo de forma peculiar, nesse sentido Miranda e Barroso (2023, p. 2) nos informam que as amazônidas:

[...] compartilham a experiência comum de desigualdade e violência que as impõe a resistência cotidiana e a organização política como estratégias de sobrevivência para si e seus povos. É a partir do reconhecimento dessa violência que as mulheres do campo e da floresta passam a se organizar como coletivos de mulheres. Na Amazônia, por sua vez, a violência que atravessa a formação da região é um dos motes, senão a razão central para as mobilizações sociais de que as mulheres são protagonistas.

Nesse transcurso histórico as Sementes do Araguari, em contrariedade às estruturas existentes, mobilizadas e lideradas por uma figura feminina, têm escrito sua própria história. Essa trajetória também é resultado da dedicação de muitas mãos, do compromisso e do trabalho de instituições, pesquisadores e outros agentes que, ao longo dos anos, optaram por atuar em prol da preservação da sociobiodiversidade no Alto Araguari.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) é uma referência importante na promoção da preservação e desenvolvimento sustentável na Floresta Nacional do Amapá (FLONA) e seu entorno. Desde sua criação em 2007, o ICMBIO tem atuado com dedicação para atender as necessidades da comunidade local. Sua sede (conforme ilustrado na figura 20) funciona como um ponto de apoio estratégico para diversas iniciativas, consolidando-se como um exemplo de comprometimento no território.

Figura 21 – Base do ICMBIO na FLONA, entre os Rios Araguari e Falsino



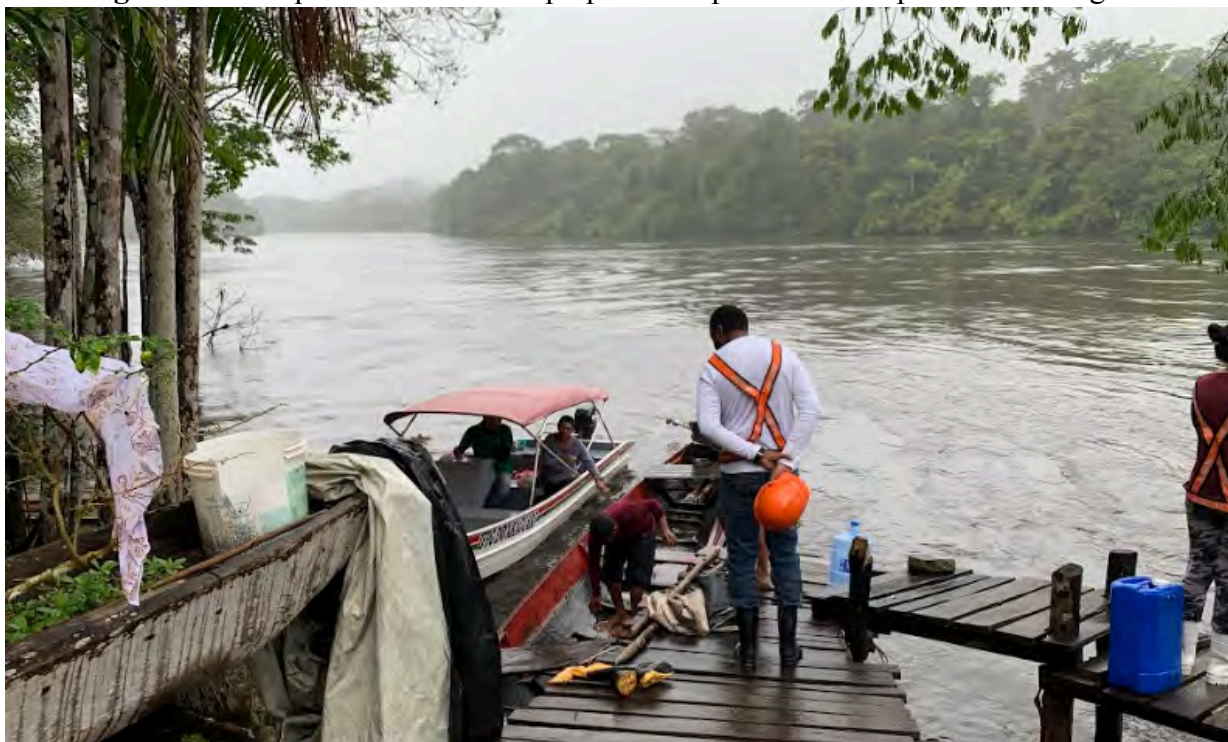
Fonte: Autora, pesquisa de campo, 2024.

Da mesma forma, o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA) tem desempenhado um papel fundamental na criação e disseminação de conhecimentos sobre os produtos da sociobiodiversidade. O IEPA foi essencial para o início das atividades de produção de biocosméticos pelas Sementes do Araguari, contribuindo para o desenvolvimento local depois do encerramento das atividades do garimpo. Além disso, a EMBRAPA e o IEPÉ se destacam como parceiros valiosos na trajetória da Associação, conforme mencionado anteriormente. Esses

agentes têm mobilizado políticas públicas que muitas vezes não são acessíveis às comunidades amazônicas, devido a uma série de desafios que marcam a região.

É importante refletir sobre as dificuldades enfrentadas na instalação de uma fábrica de bicosméticos em uma área carente de infraestrutura básica, com água potável, eletricidade, instituições financeiras e comércio. Tais elementos também encarecem a produção, entretanto produzir na floresta, significa continuar fixando raízes nela e quebra um ciclo simbólico, a floresta não é apenas fornecedora de matérias primas. A atuação conjunta de diversos agentes é, sem dúvida, determinante para este processo. As Sementes recebem muita assessoria técnica e isso se reflete diretamente no sucesso do grupo.

Figura 22– Pesquisadores do IFAP preparam-se para ida a campo no Alto Araguari



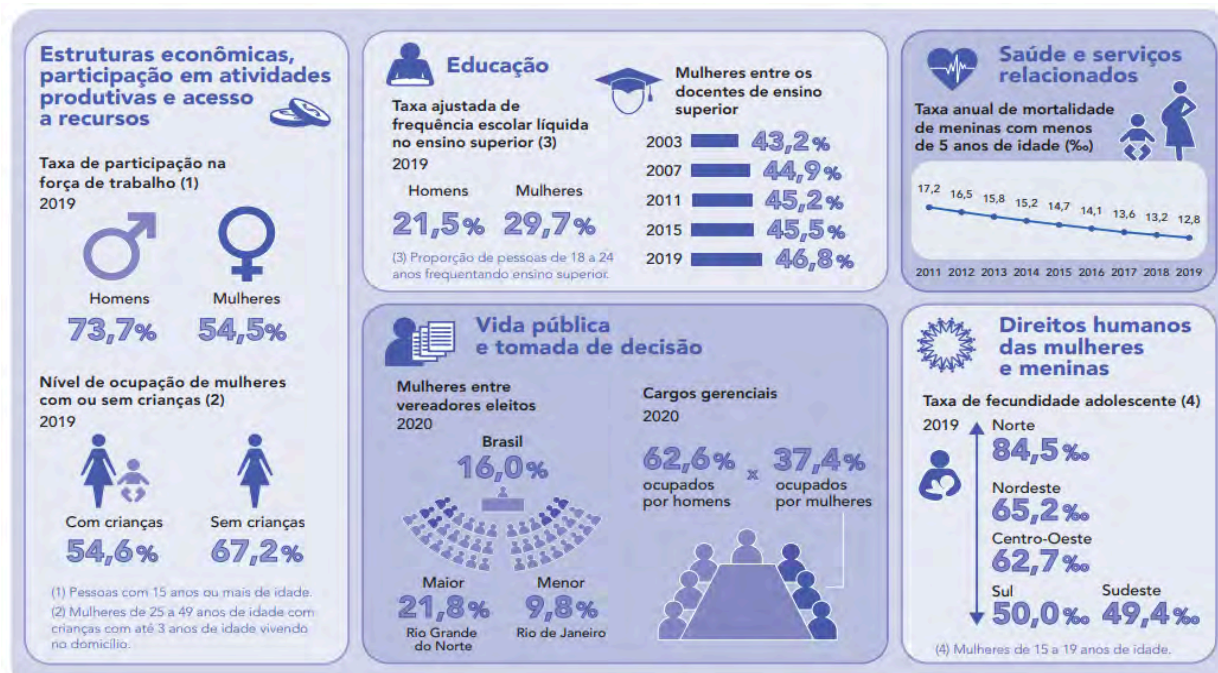
Fonte: Arquivo da autora, 2022.

Muito do empoderamento dessas mulheres vem dessa articulação, e intercâmbio contínuo de conhecimentos que são mobilizados pelos inúmeros pesquisadores que visitam a região, como o IFAP que em 2022 proporcionou um intercâmbio entre pesquisadores, alunos com as mulheres da associação, nesta oportunidade compartilharam com as mulheres técnicas para produção de sabonete esfoliante a partir do caroço de açaí e produção de sabonete líquido. As vivências são processos fecundos de aprendizagem.

Sem esses parceiros, seria muito difícil para essas mulheres superarem toda a lógica que cerceiam sua existência. Esses elementos são importantes para entendermos o processo tardio de garantia de direitos sociais e a desarticulação do processo de autonomia e produção de riquezas de sua população, em especial para as mulheres. Nesse sentido e de forma alarmante, os dados do 52º Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG), demonstra que a região norte possui a maior taxa de fecundidade, entre 1000 mulheres, 84,5% são entre 15 a 19 anos de idade, considerando a média nacional 59% (figura 22). Além disso, a maior taxa de fecundidade em

adolescentes foi encontrada no Amazonas (93,2%), taxa muito próxima à maior média mundial, conforme o IBGE (2021, p. 10), “no mundo, a menor taxa, em 2018, foi apresentada pela União Europeia (8,9) e a maior pela África Subsaariana (101,2)”.

Figura 23 – Projeção da População do Brasil e Unidades da Federação [...] Período 2010-2060



Fonte: IBGE, 2021.

Do mesmo modo, outro indicador que denuncia as desigualdades entre mulheres da Região Norte em relação às demais regiões do Brasil é a expectativa de vida de mulheres idosas, as mulheres da Região Sul têm quase 3 anos a mais de expectativa de vida que uma mulher da mesma idade na Região Norte: 25,3 e 22,4 anos, respectivamente em 2019, que reflete piores condições de vida das mulheres nesta região (IBGE, 2021).

A questão de gênero no contexto amazônico é marcada por disparidades, invisibilidade e violências históricas. Como observam Fabiana Chaves e Maria César (2019, p. 140), “há uma região em situação de vulnerabilidade ainda mais acentuada: a Amazônia, que apresenta desvantagens em vários indicadores sociais, resultando em condições ainda mais adversas para as mulheres do que em outras partes da federação”. Segundo as autoras, existe uma invisibilidade histórica em relação às mulheres amazônidas, que convive com elevados índices de violência. As interseccionalidades de gênero, classe e raça (Davis, 2016) contribuem significativamente para a marginalização e exclusão dessas mulheres do processo produtivo. Nesse sentido, Chaves e César (2019) argumentam que:

As aproximadamente 12 milhões de mulheres que habitam a Amazônia Brasileira são a classe mais subalterna, dentro de uma região subalterna, dentro de um país subalterno da América Latina. Essas mulheres são mulheres mestiças, negras, indígenas e ribeirinhas em sua maioria, o que aumenta seu grau de vulnerabilidade social. Mulheres triplamente silenciadas, espoliadas pela lógica capitalista, tendo seus corpos confundidos com mercadorias ou propriedade. Silenciadas pela história que há muito as trata como

selvagens ou desimportantes. Silenciadas como seres humanos (Chaves e César, 2019, p. 141).

Desta forma é possível ter um panorama das condições enfrentadas pelas mulheres amazônidas, silenciadas, impedidas de acessar educação e saúde elas residem e resistem de forma insurgente, mesmo frente a lógica patriarcal e as severas condições de produção do seu território. Marcadas pelos deveres impostos pelo gênero, possuem pouco espaço para a construção de sua subjetividade e ação política, acessando pouquíssimos espaços de poder. A insurgência se escreve assim, como uma prática que resta, de sobrevivência e resistência frente às duras realidades do colonialismo e do patriarcado. Atualmente é possível observar uma maior mobilização de grupos femininos nas comunidades tradicionais da Amazônia, como as Sementes do Araguari.

A violência e o femicídio infelizmente fazem parte do cotidiano amazônico, os dados do 15º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), com base nos boletins de ocorrência realizados pelas Polícias Civis dos Estados e DF, mostram que em média, 4 mulheres são assassinadas em decorrência de seu gênero por dia no Brasil, ocorre um feminicídio a cada 6 horas (Bueno *et al.*, 2021). É possível perceber que a sobrevivência, em especial na Amazônia, é por si só um ato insurgente. E ainda que superada, o acesso a direitos, a lógica patriarcal, e a sobrecarga de tarefas domésticas, continuam excluindo as mulheres dos espaços de poder. Como Mariele Franco, Maria Carolina de Jesus, Suely Carneiro, Tia Chiquinha, Janete Capiberibe, as Sementes, muitas mulheres lutam por subverter a lógica que lhes violentam, elas revolucionaram seus espaços em busca de condições melhores de existência para si, sua família e comunidade, no agir político, mesmo que este processo não lhe pareça óbvio.

Suas ações são guiadas pelo compromisso e coletividade, é possível perceber, as atividades que elas desempenham na associação, contribuem para o crescimento delas. Enquanto grupo, elas têm se fortalecido, ao mesmo tempo têm alcançado melhorias significativas para a comunidade, como renda, serviço de internet, energia solar, ações advindas de articulação com parceiros. Essas ações empoderam as mulheres quando promovem a valorização de suas vivências e trajetórias, bem como quando asseguram o exercício de sua cidadania.

O empoderamento é um processo que envolve dignidade da vida, acesso à educação, autoconhecimento de si e de sua história, autoafirmação e legitimação de espaços de poder. A propósito do termo, poder, apoiamo-nos em Berth (2019), que citando Arendt e Foucault, estabelece uma síntese do conceito de poder a ser desenvolvido na teoria do empoderamento.

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágio de autoafirmação, autoavaliação, autorreconhecimento tanto de si mesmo quanto de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história e, principalmente, de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor seria estimular em algum nível, a auto aceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente, Para que possa, devidamente munido de informações e sobre o mundo em sua volta, e ainda de suas habilidades e características próprias criar ou descobrir em si mesmo ferramentas Ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade (Berth, 2019, p. 21)

A baixa escolaridade da população amazônica é sem dúvida um dos fatores que impedem a vivência cidadã de seu povo. Por isso, é preciso desenvolver meios de articulação e educação que possam tornar críticos e conscientes para que eles, junto com os demais dispositivos focados no desenvolvimento sustentável deste território, possam empoderar estes sujeitos. O

empoderamento é um processo (Berth, 2019), que envolve reconhecer os sujeitos envolvidos como seres críticos, conscientes, complexos, possuidores de uma vasta bagagem de tecnologias ancestrais, que para se mobilizarem precisam partir da realidade concreta de onde estão inseridos. Essa conscientização crítica de sua realidade permitirá aos grupos subalternizados pelo processo de colonização criarem estratégias de libertação (Freire, 1996).

A ancestralidade, a resistência em permanecer na floresta e o perfil empreendedor das Sementes do Araguari evidenciam a riqueza e a relevância de seus saberes. A interseccionalidade de gênero e classe, como aponta Davis (2016), intensifica os desafios enfrentados por essas mulheres em sua luta por autonomia e reconhecimento, por isso, como destaca a autora as opressões relacionadas a gênero, raça e classe não devem ser analisadas de forma separada ou em algum tipo de hierarquia, pois essas violências estão interligadas e se complementam, reforçando os sistemas de dominação associados ao capitalismo. No entanto, a força da coletividade e a busca por parcerias estratégicas demonstram sua capacidade de resistir e transformar seu território, promovendo seus produtos e fortalecendo suas redes.

Dessa forma, percebe-se no desabrochar das vivências dessas mulheres uma série de acontecimentos externos que imprimiram a elas uma obrigação de ação. Com muita coragem e ousadia elas têm se autorreconhecido e se autoafirmado frente às dinâmicas de seu próprio grupo e as políticas públicas implantadas em seu território, processo que dura aproximadamente quinze anos. Apesar de existirem problemas, é interessante notar, que desde antes da Associação de Mulheres, Arlete e as demais, já se moviam em grupo de forma articulada, travando sua resistência, mesmo frente ao abismo de desigualdade de todos os tipos, é nítido perceber o poder de organização e mobilização dessa associação, como pode-se observar na figura 24, na reunião para eleição da nova diretoria.

Figura 24 – Reunião de eleição da nova diretoria da Associação



Fonte: Autora, pesquisa de campo, 2023.

As histórias narradas, bem como a valorização dos produtos do extrativismo vegetal que as intermedia, revelam a importância da valorização dos conhecimentos tradicionais das comunidades amazônicas. Embora as propriedades medicinais e cosméticas dessa semente sejam conhecidas há gerações, a sua inserção no mercado formal foi um processo lento. Essa demora se deve, em grande parte, à valorização desses produtos e à falta de acesso a informações e ferramentas para comercializar seus produtos. É fundamental que políticas públicas e ações de

investimento da iniciativa privada contribuam para a valorização desses saberes e para o desenvolvimento de cadeias sustentáveis baseadas na biodiversidade de forma mais significativa.

Junto a este processo de valorização de saberes, o trabalho de base comunitária contribui diretamente para o fortalecimento identitário dessas comunidades, uma vez, como afirma Loureiro (2002), ao longo dos séculos, a identidade original dos habitantes da Amazônia foi gradualmente perdida devido a choques culturais, e que atualmente eles buscam reconstruir uma nova identidade que harmonize a cultura tradicional com os avanços do mundo moderno. Essa reinvenção é acompanhada pela produção de bens que refletem sua história e conhecimentos sobre a floresta, conhecidos como produtos da sociobiodiversidade, que reconhecem a interdependência entre ser humano e meio ambiente (Brasil, 2009).

Infelizmente, a realidade amazônica é marcada por um processo de desvalorização das culturas e identidades que não se alinham aos padrões do capitalismo. Apesar das dificuldades, as comunidades tradicionais resistem e se reinventam, buscando adaptar seus modos de vida às exigências do mundo contemporâneo. A presença de projetos que visam a preservação cultural e o desenvolvimento sustentável demonstra a força e a vitalidade dessas comunidades. No Alto Araguari, o protagonismo feminino se destaca na construção de arranjos produtivos locais que valorizam os saberes tradicionais e promovem a autonomia das mulheres.

A compreensão dos impactos negativos do garimpo e a valorização do extrativismo vegetal sustentável foi um processo gradual e desafiador para as comunidades do Alto Araguari. A resistência a mudanças e a divisão interna foram obstáculos a serem superados, resultando em um longo período de transição de concepções de uso do território. A pergunta que fica é: quanto tempo outras comunidades levarão para percorrer esse caminho, considerando os desafios e as pressões que enfrentam?

Em vista disso, o fortalecimento das populações tradicionais, do trabalho de base comunitária, são caminhos decisivos para o fortalecimento de atividades econômicas comunitárias, que difere da lógica capitalista de exploração e, também, protege o meio ambiente. As comunidades tradicionais da Amazônia, guardam práticas e saberes ancestrais de manejo e convívio com a floresta em pé, e ainda e evitar a destruição dos serviços ecossistêmicos essenciais à vida na terra, como pontua D'Avila (2020):

No estudo, intitulado “Impacto do desmatamento sobre a incidência de doenças na Amazônia”, foram relacionados dados do desmatamento e estatísticas de doenças em 773 municípios da Amazônia Legal, entre 2004 e 2012. Constatou-se que para cada 1% de floresta derrubada por ano há um acréscimo de 23% nos casos de malária. A incidência de leishmaniose também cresceu com o avanço do desmatamento, com um aumento entre 8% e 9% de casos (D'Avila, 2020, p. 2).

Os povos da Amazônia desempenham um papel fundamental na promoção da bioeconomia brasileira, contribuindo para a valorização da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável. No entanto, é crucial reconhecer que essa contribuição ocorre em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais, raciais e de gênero. A fim de garantir que os benefícios da bioeconomia sejam distribuídos de forma equitativa e que as comunidades tradicionais sejam verdadeiramente protagonistas nesse processo, é necessário implementar políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades e o empoderamento das mulheres, em especial das mulheres indígenas e quilombolas.

A bioeconomia representa uma nova abordagem para a produção, baseada no uso sustentável da biodiversidade e de recursos biológicos renováveis, como plantas, animais e microrganismos. Ao contrário dos modelos lineares tradicionais, a bioeconomia busca respeitar

os ciclos naturais e promover a circularidade dos materiais, minimizando os resíduos. Essa abordagem visa reduzir significativamente o impacto ambiental do consumo humano, contribuindo para a preservação dos ecossistemas e a construção de um futuro mais sustentável.

A história das Sementes do araguari e da comunidade do alto araguari corrobora com a concepção de comunidade sustentável a partir dos estudos de Antônio Carlos Diegues (2003) ao perceber de forma mais adequada este conceito para compreender a agência das comunidades tradicionais na preservação ambiental a partir de seus próprios paradigmas e cosmologias, como tem sido o percurso da comunidade do Alto Araguari. Para o autor, a concepção de comunidades/sociedades sustentáveis é aquela que:

Possibilita a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural. Além disso, deixa-se de lado o padrão das sociedades industrializadas, enfatizando-se a possibilidade da existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis, desde que pautadas pelos princípios básicos da sustentabilidade ecológica, econômica, social e política, anteriormente descritos (Diegues, 2003, p. 3).

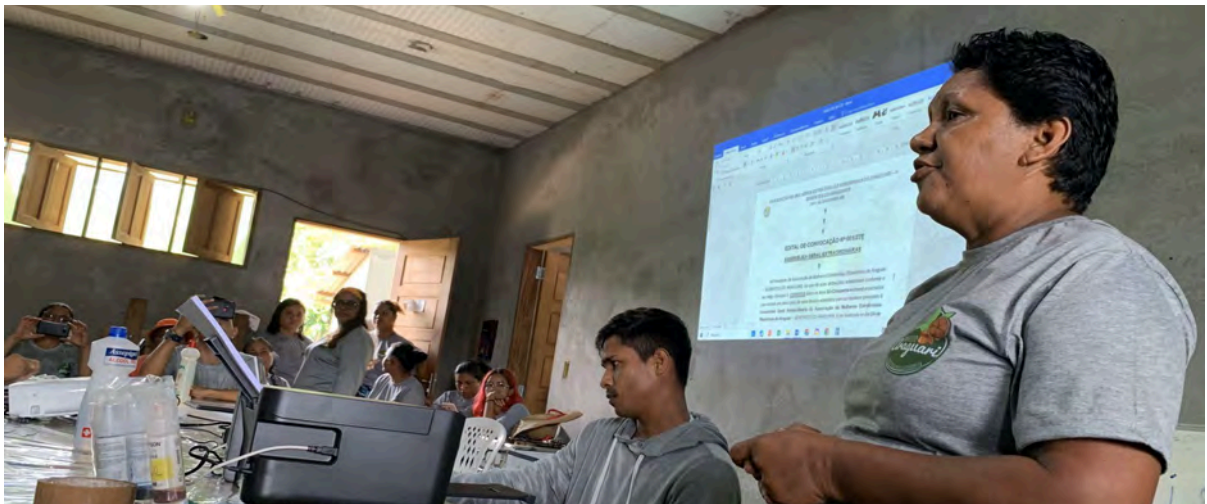
Ao se afastar dos padrões das sociedades industrializadas, as Sementes do Araguari demonstram que é possível construir sociedades sustentáveis baseadas em princípios diferentes. Essa diversidade é fundamental para a construção de um mundo mais justo e equitativo, onde as diferentes culturas e formas de vida sejam respeitadas e valorizadas. Entretanto perseguir este caminho, não usual, é desafiador, o que aumenta os créditos da trajetória dessas mulheres até os dias atuais.

O trabalho de base comunitária promovido em especial pelo ICMBIO, foi fundamental para torná-los conscientes de suas potencialidades e das oportunidades dispostas nos territórios, em especial de agirem de forma coletiva. Sob a perspectiva teórica de Paulo Freire e Ira Shor (1986), a politicidade refere-se à capacidade do indivíduo de compreender e se envolver ativamente nas questões políticas e sociais de sua comunidade e sociedade. Ainda conforme Freire e Shor (1986), a politicidade está relacionada à consciência política e à participação cidadã, sendo essencial para o exercício da democracia e para a transformação social.

Já o empoderamento, também abordado por Paulo Freire e Ira Shor (1986), está associado ao fortalecimento do indivíduo ou de grupos sociais, conferindo-lhes autonomia, capacidade de decisão e controle sobre suas próprias vidas e realidades. O empoderamento envolve a conquista de direitos, a ampliação de oportunidades e o desenvolvimento de habilidades que possibilitam a superação de desigualdades e a promoção do bem-estar coletivo. Por isso, é muito significativo perceber este processo a partir da organização grupo em uma associação majoritariamente de mulheres, comandada por uma mulher como podemos observar na figura 25, onde Arlete apresenta para o grupo a dinâmica da assembleia de eleição da nova diretoria.

A experiência das mulheres do Alto do Rio Araguari, sob a luz da pedagogia crítica de Paulo Freire e Ira Shor (1986), revela um processo de empoderamento que se constrói na prática, através da educação popular e da organização coletiva. Ao se apropriarem de conhecimentos e ferramentas para a gestão de seus territórios e recursos, essas mulheres demonstram como a educação pode ser um instrumento de transformação social.

Figura 25 – Assembleia para eleição da nova diretoria



Fonte: Autora, pesquisa de campo, 2023.

A partir da vivência de um processo de desestruturação econômica, causada pelo fechamento do garimpo, as mulheres do Araguari desenvolveram uma capacidade de resiliência e de construção de novas alternativas de vida, fortalecendo seus laços comunitários e sua autonomia. A trajetória dessas mulheres nos mostra que o empoderamento não é um estado a ser alcançado, mas um processo contínuo de aprendizagem e ação, que exige a superação de obstáculos e a construção de novas formas de relação com o mundo.

Conclui-se dessa forma, o empoderamento, não se resume a uma mera transferência de poder ou a um estado individual a ser alcançado. Trata-se, antes, de um processo coletivo, dinâmico e contínuo, que envolve a construção de relações de poder mais justas e equitativas. Parafraseando Joice Berth (2019), é fundamental questionarmos constantemente que tipo de poder buscamos construir e quais as estratégias mais adequadas para subverter as relações de poder existentes. A experiência das mulheres do Araguari demonstra que o empoderamento se constrói na prática, através da organização coletiva, da educação popular, da organização de base comunitária e da busca por autonomia. Entretanto, devido às peculiaridades do processo sociohistorico de constituição desses territórios, para que este processo alcance mais comunidades amazônicas, mais políticas públicas precisam ser articuladas de forma a superar as dinâmicas que ainda sufocam o estabelecimento das cadeias socioprodutivas e fortalecimento identitário dessas comunidades, compreendendo inclusive que a Amazônia, pelos sucessivos saque que vivencia, tem um custo operacional elevado.

VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou construir uma compreensão abrangente e multifacetada das ações das Sementes do Araguari no Alto Araguari ao analisar como essas ações atuam como agências naquele território, levando em consideração as interações sociais, culturais e históricas que permeiam o lócus. Esse objetivo geral se desdobrou em objetivos específicos que, por sua vez, foram elaborados para investigar diferentes dimensões essenciais para o entendimento do agenciamento dessas mulheres. Por exemplo, o estudo da formação sociohistórica do território serviu como uma base, utilizando pesquisa bibliográfica para revelar as transformações que moldaram o Alto Araguari ao longo do tempo. Ao analisar a história do território, a estrutura organizacional da associação, a conexão com a ancestralidade e os fatores que fomentam o empoderamento feminino, elaborou-se uma perspectiva holística sobre o que guia a ação dessas mulheres, e o papel delas como agentes de transformação na região do Alto Araguari.

A análise da organização da associação e do protagonismo das mulheres, por sua vez, é aprofundada por meio do trabalho de campo e da observação participante, permitindo uma melhor compreensão da dinâmica interna do grupo. A ancestralidade, uma categoria central para compreendermos os modos de produção de renda, é investigada por meio de métodos etnográficos e das narrativas, evidenciando as práticas que sustentam a ligação delas com a sociobiodiversidade. Por último, a reflexão sobre os fatores que têm fortalecido o empoderamento das mulheres, levando em conta tanto aspectos históricos quanto contemporâneos, enriquece a compreensão do fenômeno e fornece informações relevantes para políticas públicas que visem fomentar cadeias produtivas da sociobiodiversidade na Amazônia.

Nesse sentido, a pesquisa evidenciou ainda a relação entre a concepção de desenvolvimento exógeno (ideário moderno) e a perda da identidade cultural, bem como essas problemáticas influenciam no empobrecimento e na desarticulação de comunidades na Amazônia. Tais experiências são complexas e multifacetadas, devido a isto a pesquisa precisou de um arcabouço teórico-metodológico interdisciplinar. Nesse sentido, chamou atenção para o desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas que promovam a valorização da diversidade cultural e a sustentabilidade dos modos de vida tradicionais, no sentido de construir comunidades sustentáveis.

Assim, ficou claro que a valorização da cultura local, a organização de arranjos produtivos e a defesa dos territórios são agências para aquela comunidade do Alto Araguari na preservação ambiental a partir de seus próprios paradigmas e cosmologias, bem como são formas de resistência encontradas na Amazônia. Muitas comunidades tradicionais têm desenvolvido estratégias para resistir às pressões da modernização e preservar suas identidades.

No primeiro capítulo, a narrativa de Arlete destaca a importância da agência feminina e da colaboração comunitária, em que as mulheres, apesar das dificuldades, se organizam e se candidatam a diferentes tarefas, adaptando-se às necessidades do momento. Sua reflexão sobre a luta por recursos e a necessidade de garantir o sustento da família revela uma consciência crítica sobre as condições de vida e a busca por dignidade e autonomia.

Além disso, a experiência de Arlete no garimpo e sua transição para um modelo de vida mais sustentável, baseado na floresta, exemplifica uma mudança de paradigma que valoriza a preservação ambiental e a riqueza que pode ser extraída de forma sustentável. Sua capacidade de aprender e se adaptar ao longo dos anos é um testemunho do poder da resiliência e da transformação pessoal.

A etnociência, conforme mencionado no capítulo 3, busca diminuir a distância entre a ciência tradicional e o conhecimento popular, permitindo uma análise mais profunda da relação entre o ser humano e a natureza. Entre as Sementes do Araguari, as mais jovens se concentram em atividades mais modernas, como a gestão de redes sociais e vendas, enquanto as mais velhas se dedicam a tarefas tradicionais, como a coleta e o preparo dos cosméticos, mostrando uma intersecção entre o conhecimento ancestral e as demandas contemporâneas.

A prática de coleta e utilização de recursos naturais, como o óleo de andiroba, exemplifica como as comunidades tradicionais aplicam seus conhecimentos em práticas cotidianas, que são fundamentais para sua cultura e sobrevivência. A descrição do processo de coleta e produção de sabonetes a partir do óleo de andiroba ilustra a continuidade desses saberes e a adaptação às mudanças ambientais, como as que ocorreram devido à construção de hidrelétricas.

O relato de Arlete exemplifica um processo de empoderamento significativo, em que a liderança feminina se torna um motor de mudança. Sua trajetória de crescimento cognitivo, psicológico, político e econômico reflete a capacidade das mulheres de se adaptarem e se fortalecerem em um contexto que muitas vezes marginaliza suas culturas e saberes. A busca por parcerias e a implementação de projetos de fomento são estratégias que não apenas promovem a sustentabilidade econômica, mas também a valorização da identidade cultural e a resistência contra a desvalorização das práticas tradicionais.

A partir das reflexões de Giddens (2003), compreendemos que a agência não é apenas a capacidade de agir, mas também a habilidade de influenciar e ser influenciado pelas estruturas sociais. Essa dualidade é crucial para entender como as mulheres amazônidas, frequentemente silenciadas e marginalizadas, podem se tornar agentes de mudança em suas comunidades. A educação, conforme Paulo Freire (1996), é um instrumento fundamental para o empoderamento, permitindo que as mulheres compreendam e questionem as realidades que as cercam.

No entanto, os dados alarmantes sobre a fecundidade e a expectativa de vida das mulheres na Região Norte, conforme apontado pelo IBGE (2021), revelam que as desigualdades persistem e que as políticas públicas ainda falham em garantir direitos básicos. A taxa de fecundidade entre adolescentes na Amazônia, que chega a 93,2%, e a expectativa de vida significativamente menor em comparação com outras regiões do Brasil, evidenciam a urgência de intervenções eficazes que promovam a saúde, a educação e a autonomia das mulheres.

A experiência de Dona Glorinha e sua família evidencia a capacidade de resistência cultural e adaptabilidade econômica das comunidades ribeirinhas, mesmo diante das adversidades. Utilizando seus conhecimentos tradicionais, essas comunidades garantem a sobrevivência em um ambiente em constante transformação (Fernandes, 2014). É nesse sentido que a intrínseca relação entre os ribeirinhos e os rios é fundamental para a compreensão de seu modo de vida.

Os rios não são apenas fontes de sustento, mas também a base de sua cosmologia e identidade cultural. Neto e Furtado (2015) corroboram essa perspectiva ao afirmar que a vida ribeirinha é marcada por um profundo conhecimento da fauna e flora locais, o qual se traduz em práticas de agroextrativismo e em uma organização social que respeita os ciclos naturais. Essa conexão com a natureza é tão intensa que o rio é percebido como uma entidade espiritual, um elemento norteador da vida cotidiana e das relações sociais.

A herança indígena também se destaca como um aspecto central na formação da cultura ribeirinha. Práticas como pesca, cultivo, coleta e confecção de utensílios são influenciadas por saberes ancestrais transmitidos ao longo das gerações (Simonian *et al.*, 2003, Neto; Furtado, 2015). Essa continuidade cultural atesta a resiliência das comunidades ribeirinhas frente aos desafios impostos pela modernidade e pela exploração econômica.

A análise de Chaves e César (2019) sobre a invisibilidade e a violência histórica enfrentadas pelas mulheres na Amazônia ressalta a necessidade de uma abordagem interseccional que considere as múltiplas camadas de opressão que essas mulheres enfrentam. A marginalização das mulheres mestiças, negras, indígenas e ribeirinhas não é apenas uma questão de gênero, mas também de classe e raça, o que agrava sua vulnerabilidade social. A resistência e a insurgência dessas mulheres, que se organizam em grupos como as Sementes do Araguari, são exemplos de como a agência pode se manifestar mesmo em contextos adversos.

Ao refletir sobre as vivências das mulheres que produzem no Alto Araguari, torna-se evidente que a preservação da memória e dos saberes delas são cruciais para a preservação socioambiental da região. Mulheres ribeirinhas, a exemplo da Dona Glorinha, Rosenilda, Dona Dora, Arlete e outras Sementes, não apenas habitam as margens dos rios, mas também desempenham um papel vital na preservação da biodiversidade e na promoção de práticas socioambientais, reconstruindo a relação da comunidade com o território e com a natureza.

O século XXI nos confronta com a necessidade urgente de repensar as transformações econômicas, tecnológicas e comunicacionais que moldam nossa sociedade e impactam o planeta. Diante desse cenário, somos desafiados a adotar novas perspectivas e abordagens para compreender e interpretar as complexidades do nosso tempo, buscando caminhos inovadores para enfrentar os desafios que se apresentam.

Diante das necessidades dessas comunidades e dos desafios das emergências climáticas globais, as conquistas são progressivas e incipientes, contrariando a agenda climática global. O fortalecimento das populações tradicionais é fundamental para o surgimento de atividades econômicas sustentáveis, que promovam a preservação da floresta e a proteção dos serviços ecossistêmicos essenciais à vida na Terra. Essas comunidades desempenham um papel crucial no avanço da Bioeconomia e Agroecologia, aspectos centrais na discussão sobre a preservação da sociobiodiversidade e da cultura amazônica.

Além disso, são guardiãs de conhecimentos ancestrais para a coleta e produção de produtos artesanais, sendo fundamentais para a preservação da floresta e de seus recursos naturais. Seus saberes, considerados propriedade intelectual, podem ser compartilhados em sala de aula, proporcionando aos estudantes desses grupos uma aprendizagem mais significativa, que fortalece sua identidade, senso de pertencimento e empoderamento.

A história das Sementes do Araguari, reforçam que as comunidades originárias e remanescentes da Amazônia têm desempenhado um papel fundamental na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), promovendo práticas tradicionais de manejo da terra que preservam a biodiversidade e garantem a conservação dos ecossistemas. Por meio de técnicas de cultivo sustentável e do uso consciente dos recursos naturais, essas comunidades não apenas protegem seus territórios, mas também oferecem importantes lições sobre outras possibilidades de ser, viver e produzir, em dinâmicas menos predatórias entre ser humano e natureza. Além disso, ao passo que se organizam e se conectam com outras comunidades, articulam suas vozes e reivindicações, resultando na implementam políticas públicas, que muitas vezes não alcançou essas populações, essas ações promovem a justiça social e a inclusão, contribuindo para o fortalecimento da governança ambiental e o respeito aos direitos humanos, pilares essenciais para a realização dos ODS.

Portanto, é imperativo que as políticas públicas sejam reformuladas para atender às necessidades específicas das mulheres na Amazônia, promovendo não apenas a educação e a saúde, mas também o reconhecimento de suas vozes e a valorização de suas experiências. A transformação social requer um compromisso coletivo para dismantelar as estruturas de opressão e criar um espaço onde as mulheres possam exercer sua agência plenamente, contribuindo para a

construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A luta pela autonomia e pelos direitos das mulheres na Amazônia é, assim, uma luta pela dignidade humana e pela justiça social, que deve ser apoiada e amplificada por todos os setores da sociedade.

VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira; LAGES, Anabelle Santos. Desprovincializar o desenvolvimento: enunciação subalterna e resistência nas bordas da acumulação capitalista na Amazônia. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 2, p. 389-409, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/dMLVMBJCqJpdd6bth3F7XMb/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?**. São Paulo: Pólen, 2019.

BISPO, Fábio. **Prefeitos candidatos à reeleição nas capitais da Amazônia destinaram 0,36% do orçamento ao meio ambiente**. InfoAmazonia, 04 out. 2024. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2024/10/04/prefeitos-candidatos-a-reeleicao-nas-capitais-da-amazonia-destinaram-036-do-orcamento-ao-meio-ambiente/>. Acesso em: 06 out. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BRASIL. Biodiversidade. **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)**. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas>>. Acesso em: 06 abr. 2024.

BRASIL. Decreto n. 1.298 de 27 de outubro de 1994. **Regulamento das Florestas Nacionais**. Brasília, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d1298.html. Acesso em: 10 abr. 24.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, DF, 7 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.html. Acesso em: 25 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, DF: MMA, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1024/1/Plano%20Sociobiodiversidade.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

CASTRO, Edna Ramos de. Prefácio: Desenvolvimento regional e desafios contemporâneos. In: Filocreão, Antônio Sérgio Monteiro; PIZZIO, Alex; THEIS, Ivo Marcos (org). **Contradições do desenvolvimento regional na Amazônia brasileira**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Nave, 2022. E-book (PDF; 1 Mb). ISBN 978-65-84762-12-1.

CASTRO, Edna. Razão decolonial, experiência social e fronteiras epistemológicas Edna Castro (Brasil). In: CASTRO, Edna (org.). **Pensamento crítico latino-americano**. São Paulo: Annablume, p. 35-64, 2019. Disponível em:

<https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/otros/20200217045231/Pensamento-critico-latino-americano.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

CASTRO, Edna. Neoextractivismo en la minería, prácticas coloniales y lugares de resistencia en Amazonia, Brasil. **Perfiles Económicos**, Valparaíso, Chile, n. 5, p. 35-76, jul. 2018.

CASTRO, Raimundo Santos de. A PESQUISA DO TIPO ETNOGRÁFICA: uma proposta de abordagem metodológica de pesquisa em Educação Matemática. Rev. Exitus, Santarém, v. 9, n. 3, p. 252-279, jul. 2019. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602019000300252&lng=pt&nrm=iso. acessos em 07 set. 2024. Epub 17-Abr-2020. <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2019v9n3id935>.

CHAVES, Fabiana Nogueira; CÉSAR, Maria Rita de Assis. O Silenciamento Histórico das Mulheres da Amazônia Brasileira. **Revista Extraprensa**, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 2, p. 138–156, 2019. DOI: 10.11606/extraprensa2019.157418. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/157418>. Acesso em: 31 mar. 2024.

COSTA, Celina S. da. Práticas socioambientais na produção sustentável da Associação das Mulheres Extrativistas Sementes Araguari (Amapá). **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2023. DOI: 10.23899/relacult.v9i2.2389. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2389>. Acesso em: 4 abr. 2024.

D'AVILA, Cristiane. **Modernização arriscada: doenças, epidemias e ciência em meio ao avanço do homem sobre a floresta**. Café História, Café História, 10 nov. 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/modernizacao-arriscada-doencas-florestas-ferrovias>. Acesso em: 10 jul. 2023.

DAMÁSIO, Ana Clara. Isso não é uma autoetnografia! **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 27, n. 3, p. 1-14, set./dez. 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/46479>. Acesso em: 8 abr. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani (1ª ed.). São Paulo: Boitempo, 2016.

DIEGUES, Antonio Carlos et al. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP/PROBIO-MMA/CNPq, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Sociedades e comunidades sustentáveis**. 2003, SP, p. 5. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2024.

EMBRAPA. **Contando Ciência na Web: Bioma Amazônia**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/bioma-amazonia>. Acesso em: 12 abr. 2024.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. **História da antropologia**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019. Disponível em: [books.google/historiadaantropologia](https://books.google.com.br/books?id=historiadaantropologia). Acesso em: 17 jul. 2024.

FERNANDES, Lais da Rocha. **A Floresta Nacional do Amapá e Região do Alto e Médio Rio Araguari: Do Conflito sobre o Acesso aos recursos naturais a busca por uma estratégia conciliadora**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Ambientais. Macapá/AP, 2014. Disponível em: [//www2.unifap.br/cambientais/files/2014/08/Aflorestanacionaldoamapa](http://www2.unifap.br/cambientais/files/2014/08/Aflorestanacionaldoamapa). Acesso em: 10 Jun. 2024.

FIALHO, Átila Rezende; TREVISAN, Ricardo. Ocupar, colonizar, urbanizar a Amazônia Legal (1970-80): ações oficiais e privadas na criação de núcleos urbanos. 2019. In: **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 18., 2019, Natal. Anais [...]. Natal: ANPUR; UFRN, 2019. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/36908/3/EVENTO_OcuparColonizarUrbanizar.pdf. Acesso em: 13 abr. 2024

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro; MARCO, Antonio Chagas. A construção social por territórios agroextrativistas no sul do Amapá. In: Filocreão, Antônio Sérgio Monteiro; PIZZIO, Alex; THEIS, Ivo Marcos (org). **Contradições do desenvolvimento regional na Amazônia brasileira**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora Nave, 2022. E-book (PDF; 1 Mb). ISBN 978-65-84762-12-1.

BUENO, Samira et al. (org). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum Brasileiro De Segurança Pública – FBSP**. Edição XV. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v4-bx.pdf>. ISSN 1983-7364. Acesso em: 23 abr. 2022.

FREIRE, Paulo e SHOR, Ira. Medo e Ousadia: **O Cotidiano do Professor**. Tradução de Adriana Lopez. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e terra, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEMAQUE, José Costa. Conhecimentos tradicionais, sociabilidade e identidade em uma comunidade ribeirinha no Amapá. In: **Anais da Reunião Equatorial de Antropologia (REA); Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste**, 2015, Maceió: UFAL, 2015. Disponível em: https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/_Jose%20Costa%20Gemaque%20-%201019999%20-%203439%20-%20corrigido.pdf. Acesso em: 31 jun. 2022.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade: Bases para a Teoria da Estruturação**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Amapá: panorama. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>. Acesso em: 27 out. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2ª Edição. **Estudos e Pesquisas-Informações Demográficas e Socioeconômicas**, v. 38, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em 27 abr. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazônia Legal**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/geologia/15819-amazonia-legal.html>. Acesso em: 3 ago. 2023.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Plano de Manejo da Floresta Nacional do Amapá. **Volume II - Planejamento**. Brasília, DF: ICMBio, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/amazonia/lista-de-ucs/flona-do-amapa/arquivos/dcom_plano_de_manejo_Flona_Amapa_volumelII.pdf. Acesso em: 28 Set. 2023.

IEPÉ. **Oficina capacita extrativistas para construção de prensa artesanal**. 2022. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br/2022/08/oficina-capacita-extrativistas-para-construcao-de-prensa-artesanal/>. Acesso em 14 Jun .2024.

KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LARCHERT, J. M. O estudo de caso do tipo etnográfico na pesquisa em educação. In: MORORÓ, LP; COUTO, M. E. S.; ASSIS, R. A. M. **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias**. Ilhéus: Editus, p. 123-141, 2017.

LOMBA, Roni Mayer; SCHWEITZER, Alejandro Fabian; PORTO, Jadson Luís Rebelo. Ordenamento territorial e conflitos por terra no Amapá–Amazônia–Brasil. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 25, p. 1553-1575, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5520/552068329005/552068329005.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

LOUREIRO, Violeta R. **Amazônia: Estado, Homem, Natureza**. Belém, CEJUP, 2014.

LOUREIRO, Violeta R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, 16 (45), 2002. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9872/11444>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. Disponível em: https://biblioteca.unisced.edu.mz/bitstream/123456789/2422/1/Sandra%20Maria%20Nascimento%20de%20Mattos%20_MIC.pdf. Acesso em: 23 mai. 2024.

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. Mulheres na Amazônia: lutas em defesa de seus corpos-territórios. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 2, p. e92873, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/HyDJ7vbmzdZHqtLqXXx3NfP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2024.

NETO, Francisco Rente; FURTADO, Lourdes Gonçalves. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 24, n. 24, p. 158-182, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/97408>. Acesso em: 29 abr. 2024.

OLIVEIRA, Eduardo. Epistemologia da ancestralidade. **Entrelugares: revista de sociopoética e abordagens afins**, v. 1, n. 2, p. 10, 2009. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/eduardo_oliveira_-_epistemologia_da_ancestralidade.pdf. Acesso em: 15 mar. 2024.

ORTNER, Sherry B. Subjetividade e crítica cultural. **Horizontes antropológicos**, v. 13, p. 375-405, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/pjZf86ZNtHzDmh4QJtXNDGz/?lang=pt>. Acesso em: 02 ago. 2024.

ORTNER, Sherry B. Teoria na antropologia desde os anos 60. **Mana**, v. 17, p. 419-466, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/vW6R7nthts99kDJjSR79Qcp/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista de estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/download/1941/1080>. Acesso em: 28 mar. 2024.

RAMOS, Maria da Conceição Pereira. Ambiente, educação e interculturalidade. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 5, n. 8, 2012.

RICOEUR, Paul et al. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3389488/mod_resource/content/1/P.%20Ricoeur%20Tempo%20e%20Narrativa%20I.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

SANTOS, Daniel; SALOMÃO, Rodney; VERÍSSIMO, Adalberto. **Fatos da Amazônia 2021**. Belém: Amazônia 2030, 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Fatos-da-Amazonia-2021-3.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

SANTOS, Mariane Nardi; CUNHA, Helenilza Ferreira Albuquerque; LIRA-GUEDES, Ana Cláudia; GOMES, Suellen Cristina Pantoja; GUEDES, Marcelino Carneiro. Saberes tradicionais em uma unidade de conservação localizada em ambiente periurbano de várzea: etnobiologia da andirobeira (*Carapa guianensis* Aublet). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 9, p. 93-108, 2014. Disponível em:

<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/102441/1/CPAF-AP-2014-Saberes-tradicionais.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SILVA, Francisca de Jesus Pimentel; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Saberes de populações tradicionais: etnociência em processos de bioconservação. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. 2013-08, 2013. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/25/biodiversidade.html>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SILVA, Andréa Ferreira da; SOUSA, Janaildo Soares de; ARAÚJO, Jair Andrade. Evidências sobre a pobreza multidimensional na região Norte do Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 219-239, mar./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612160773>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SILVA, Joselina da; EUCLIDES, Maria Simone. Autoetnografia feminista negra dialogada: referência de epistemologias possíveis. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 43, n. 2, p. 175-186, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/48160>. Acesso em: 22 mar. 2024.

SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes et al. Floresta nacional do Amapá: breve histórico, políticas públicas e (in) sustentabilidade (Paper 167). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 1, 2003.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais. Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? Dilger, G.; Lang, M.; Pereira Filho, J. **Descolonizar o Imaginário**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

WORTMANN, Maria Lúcia; COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel. Sobre a emergência e a expansão dos Estudos Culturais em educação no Brasil. **Educação**, v. 38, n. 1, p. 32-48, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2015.1.18441>. Acesso em: 18 ago. 2023.

IX - APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro de entrevistas

Roteiro de Entrevista com perguntas abertas: Sementes do Araguari, associação de mulheres ribeirinhas, extrativistas do alto Araguari

Objetivo da Entrevista: Compreender como as ações das Sementes do Araguari, associação de mulheres extrativistas do alto Araguari, se posicionam como agentes de mudança em suas comunidades e promovem o desenvolvimento sustentável.

Introdução

1. Apresentação do Entrevistador e do Propósito da Entrevista
- Meu nome é Suellen Macedo e sou mestrande em Educação pela Programa de Pós-graduação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O objetivo desta entrevista é compreender melhor o papel e a percepção das mulheres da associação Sementes do Araguari em suas comunidades e como elas se organizam e promovem o empoderamento e a sustentabilidade.

2. Consentimento para Gravação e Uso dos Dados
- Você concorda em gravar esta conversa e usar suas respostas para minha pesquisa? Posso garantir que todas as informações serão tratadas com total confidencialidade.

Parte 1: Experiência Pessoal e Contexto

3. História Pessoal
- Pode compartilhar um pouco sobre a sua trajetória pessoal e como você se envolveu com a Sementes do Araguari?

4. Condições de Vida e Trabalho
- Como você descreveria as condições de vida e trabalho das mulheres em sua comunidade antes da formação da associação?

Parte 2: O Papel da Sementes do Araguari

5. Motivação para a Formação da Associação
- O que motivou a criação da Sementes do Araguari? Quais foram os principais desafios enfrentados inicialmente?

6. Mudanças e Impactos
- Quais mudanças você observou na sua comunidade desde a formação da associação e a implementação de suas práticas de trabalho?

7. Atividades da Associação
- Além da produção de biocosméticos e artesanatos, que outras atividades a Sementes do Araguari realiza para promover a economia local e a preservação do meio ambiente?

Parte 3: Empoderamento e Sustentabilidade

8. Empoderamento Feminino

- Como você sente que a associação tem contribuído para o empoderamento das mulheres em sua comunidade?

9. Igualdade de Gênero

- De que maneira a Sementes do Araguari tem promovido a igualdade de gênero entre os membros da comunidade?

10. Sustentabilidade

- Como as práticas de extrativismo coletivo e sustentável têm impactado a preservação do meio ambiente na região?

Parte 4: Perspectivas e Futuro

11. Desafios Futuro

- Quais são os principais desafios que você acredita que a associação enfrentará nos próximos anos?

12. Visão para o Futuro

- Como você imagina o futuro da Sementes do Araguari e seu papel nas transformações sociais e econômicas da Amazônia?

Parte 5: Considerações Finais

13. Outros Aspectos Importantes

- Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre a Sementes do Araguari ou sobre a sua experiência como mulher extrativista na Amazônia?

14. Agradecimento

- Quero agradecer imensamente por seu tempo e pelas suas valiosas contribuições. Sua história é fundamental para minha pesquisa e para entender melhor a realidade das mulheres na Amazônia.

X - ANEXOS

Anexo A - Parecer do comitê de ética em pesquisa

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAPÁ - UEAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EMPODERAMENTO, ANCESTRALIDADE E GERAÇÃO DE RENDA DAS MULHERES DA FLORESTA NACIONAL DO AMAPÁ

Pesquisador: SUELLEN

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68127423.7.0000.0211

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.153.151

Apresentação do Projeto:

EMPODERAMENTO, ANCESTRALIDADE E GERAÇÃO DE RENDA DAS MULHERES DA FLORESTA NACIONAL DO AMAPÁ, O projeto de pesquisa em andamento, reuni alguns apontamentos sobre o modo de ser e viver na Amazônia, a partir de experiências com mulheres ribeirinhas que vivem e produzem dentro do complexo bioma amazônico, nas margens da parte Alta do Rio Araguari, dentro da Floresta Nacional do Amapá - FLONA, no extremo norte do país. Esta pesquisa pretende trabalhar com indivíduos complexos, com intuito de desvendar o universo a sua volta, por isso a abordagem proposta para esta pesquisa é qualitativa, com a metodologia orientadora da pesquisa etnográfica, in loco, observando e participando.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar a motivação da comunidade em resistir culturalmente frente à dinâmica da economia do capital moderno das cidades.

Objetivo Secundário:

Descrever as tessituras sociais, os elementos culturais e identitários das mulheres que compõem a associação. Identificar os saberes e fazeres que são mobilizados por suas integrantes na construção de sua representação material no mundo em consonância com a natureza. Analisar os processos educativos da comunidade e o empoderamento de suas mulheres

Endereço: Av. Treze de Setembro, 1720

Bairro: BURITIZAL

UF: AP **Município:** MACAPÁ

Telefone: (96)9911-6981

CEP: 68.902-865

E-mail: cep@ueap.edu.br

Continuação do Parecer: 6.153.151

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

intempéries climáticas podem atrapalhar a ida a campo.

Benefícios:

Fortalecer as identidades amazônicas. Fortalecer a construção de formas de produção sustentáveis

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta é interessante embora ainda em fase inicial já aponta de modo geral o modo de ser e viver na Amazônia, a partir do olhar das mulheres ribeirinhas que fazem do complexo bioma amazônico, nas margens da parte Alta do Rio Araguari, ou melhor da Floresta Nacional do Amapá - FLONA seu espaço de produção de vida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos estão de acordo com a resolução 466 de 2012.

Recomendações:

As pendências foram sanadas: adequação do cronograma de execução e apresentar os objetivos secundários

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomenda-se a aprovação por Ad referendum por ser tratar de pendências simples e as mesmas já foram sanadas na plataforma.

Considerações Finais a critério do CEP:

Recomenda-se a aprovação por Ad referendum por ser tratar de pendências simples e as mesmas já foram sanadas na plataforma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2089719.pdf	20/06/2023 16:17:25		Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoSuellen.pdf	20/03/2023 10:35:56	SUELLEN	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOPPGEAUFRRJSUELLENCMACEDO2023.pdf	18/03/2023 11:34:51	SUELLEN	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TLCArlete.pdf	18/03/2023 11:30:06	SUELLEN	Aceito

Endereço: Av. Treze de Setembro, 1720

Bairro: BURITIZAL

UF: AP **Município:** MACAPÁ

Telefone: (96)9911-6981

CEP: 68.902-865

E-mail: cep@ueap.edu.br

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DO AMAPÁ - UEAP



Continuação do Parecer: 6.153.151

Ausência	TLCArlete.pdf	18/03/2023 11:30:06	SUELLEN	Aceito
----------	---------------	------------------------	---------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita apreciação da CONEP:

Não

MACAPA, 30 de Junho de 2023

Assinado por:

ANGELA DO CEU UBAIARA BRITO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Treze de Setembro, 1720

Bairro: BURITIZAL

UF: AP

Município: MACAPA

Telefone: (96)9911-6981

CEP: 68.902-865

E-mail: cep@ueap.edu.br